

HT-216



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica, 1943-2005.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: Albino Pereira de Jesus Jopela.

HT-216

Maputo, 2006

CUSTÓDIA TRADICIONAL DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA PROVÍNCIA DE MANICA: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS SOBRE AS PINTURAS RUPESTRES NO DISTRITO DE MANICA, 1943-2005.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por
Albino Pereira de Jesus Jopela.

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: **Dr^a. Solange Macamo**
Co-supervisor: **Dr. Tore Saetersdal**

Maputo, 2006

UNIVERSIDADE E. M. FLCS.
RE 31893
DATA 26.10.2006
AQUISIÇÃO <i>Arca</i>
COTA HI-216

O Júri:

O Presidente

Enconzi

O Supervisor

Solange Macamo
Tore Saetersdal

O Oponente

Guilherme

Data

14.09.06

SUMÁRIO

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de Siglas.....	v
Lista de Figuras.....	vi
Resumo.....	vii
Capítulo I – Introdução.....	1
1. Objecto de estudo.....	2
2. Justificação do tema e das balizas cronológicas.....	2
3. Justificativa.....	3
4. Objectivo geral.....	4
4.1 Objectivos específicos.....	4
5. Problematização.....	5
6. Hipótese.....	7
7. Revisão da literatura.....	7
8. Quadro teórico-conceptual.....	14
8.1 Património cultural.....	15
8.2 Gestão do património arqueológico.....	16
8.3 Custódia tradicional.....	16
9. Método.....	17
Capítulo II - Manica: Caracterização, História e Evolução da Gestão do Património Cultural.....	19
1. Caracterização do ambiente natural e sócio-económico do distrito de Manica.....	19
1.1 Aspectos geográficos e naturais do distrito de Manica.....	19
1.2 Aspectos sócio-económicos do distrito de Manica.....	20
1.3 Caracterização das áreas de estudo no distrito de Manica.....	20
2. Breve resenha histórica do distrito de Manica.....	21

3. Evolução da Gestão Formal do Património Cultural em Moçambique (Manica).....	25
3.1 Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, 1943-1975....	25
3.2 Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, 1977-1982.....	26
3.3 Direcção Nacional do Património Cultural, 1983-1996 e 2000-2005.....	28
Capítulo III – Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica, 1943-2005.....	31
1. A Paisagem Natural e os Espíritos Ancestrais.....	32
2. Rituais ligados à prática agrícola: <i>Kudhira Nvura</i>	36
3. O Papel da Autoridade Tradicional na Gestão do Recursos Culturais.....	39
Capítulo IV - O Papel dos Sistemas Tradicionais no Contexto dos Métodos Modernos de Gestão do Património Cultural em Moçambique.....	46
Capítulo V – Conclusão.....	51
FONTES.....	54
ANEXOS.....	61

DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicada no texto a bibliografia e fontes que utilizei”.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus avós Albino Jopela e Lina Tembe, meus tios Thamekile, Luísa e Fátima que em vida me incentivaram a prosseguir com os estudos. Aos meus pais António Jopela e Ana Cumbula, pelo incondicional e incansável apoio material e moral.

AGRADECIMENTOS

Endereço o meu agradecimento, em primeiro lugar, aos meus supervisores Dr^a. Solange Macamo e Dr. Tore Saetersdal, pelo incasável incentivo para que eu enveredasse pela Arqueologia. Pelas oportunidades que me foram concedidas para a aquisição de conhecimentos e experiência na pesquisa arqueológica e gestão de pinturas rupestres, através da minha integração no projecto de Pesquisa Arqueológica e Gestão do Património Cultural em Moçambique, financiado pela NORAD.

Agradeço igualmente a inesgotável paciência na orientação durante as várias fases de elaboração da presente dissertação, bem como a disponibilização dos recursos materiais dos projectos arqueológicos, incluindo os financiados pela ASDI-SAREC e GTZ, sem os quais não seria possível realizar este trabalho. O projecto African Networking, financiado pela ASDI-SAREC, serviu de grande estímulo intelectual e de relacionamento interdisciplinar com colegas, tendo como base a Arqueologia e a Gestão do Património Cultural.

Os meus agradecimentos são extensivos ao corpo docente desta universidade, em particular do Departamento de História e do Departamento de Arqueologia e Antropologia, em especial ao dr. Hilário Madiquida. Agradeço à Dr^a. Eva Saetersdal pelo permanente acompanhamento do trabalho e sobretudo pelos preciosos esclarecimentos em matéria de conservação de arte rupestre. Ao Dr. Christopher Stephens agradeço pela elucidação da delimitação do tema, na fase inicial do projecto.

À Dr^a Janette Deacon, o meu *thank you* por gentilmente me ter fornecido importante bibliografia referente à problemática da gestão de pinturas rupestres na África Austral. Ao ARPAC por permitir a consulta de vários trabalhos ainda não publicados, em especial ao dr. Arlindo Simbine e ao dr. Fernando Dava, pelos valiosos contributos e observações sobre o trabalho.

À todos que, na província de Manica me dedicaram a sua atenção durante as várias fases do trabalho de campo, em especial aos senhores David Franque, Samuel Chirara, Bandula e Tchek Tchek. O meu muito obrigado é endereçado também ao Sr. James Bannerman pelos esclarecimentos sobre a história pré-colonial de Manica, bem como pelos mapas que gentilmente me cedeu para o enriquecimento do trabalho.

Os meus agradecimentos estendem-se também aos meus colegas pelo apoio, conselhos e atenção dispensada à minha pessoa, desde o início do curso, particularmente Geraldo, Kátia, Décio, Shaísta, Nhazilo, Maíta, Malate e Paulina. Aos demais amigos Garoupa, Vlage, Edson, Juvência, Eugénio, Sónia, Bruno, Yolanda, Arnaldo, Nevalda, Paul, Belmiro, Zito, António e todos que apesar de não mencionados, directa ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade: *Khanimambo!*

A minha avó Helena Jopela e aos meus pais António e Ana, pelos momentos em que estive ausente em compromissos sociais e pelo sacrifício feito para que nada me faltasse ao longo do curso. Aos meus irmãos Coly e Manuco e ao meu sobrinho José Manuel, pela descontraída vivência que me aliviaram do *stress* nos momentos difíceis. De igual modo agradeço à minha namorada Lina Covele, pelo amor, apoio e acima de tudo pela inspiração.

SIGLAS

AD	Ano Domini (“nossa era” - <i>n.e.</i>).
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique.
ARPAC	Instituto de Investigação Sócio-Cultural.
ASDI	Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional.
BP	Antes do Presente (“Before Present” – <i>a.n.e.</i>).
CEA	Centro de Estudos Africanos.
CMRHM	Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique.
CM	Companhia de Moçambique.
CPVC	Campanha de Preservação e Valorização Cultural.
CTAP	Comunidades Tardias de Agricultores e Pastores.
DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia.
DH	Departamento de História.
DNC	Direcção Nacional da Cultura.
DNPC	Direcção Nacional do Património Cultural.
GTZ	Sociedade para a Cooperação Técnica (“Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit”).
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (“International Council of Monuments and Sites”).
IFS	Idade do Ferro Superior.
IPS	Idade da Pedra Superior.
MICOA	Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental.
MC	Ministério da Cultura.
MEC	Ministério de Educação e Cultura.
MNR	Resistência Nacional Moçambicana (“Mozambican National Resistance”).
NORAD	Agência Norueguesa para o Desenvolvimento
PCAP	Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores.
PPAGPCM	Projecto de Pesquisa Arqueológica e Gestão do Património Cultural em Moçambique.
RAU	Reforma Administrativa Ultramarina.
SAREC	Agência Sueca para a Cooperação Científica.
SNMA	Serviço Nacional de Museus e Antiguidades.
UEM	Universidade Eduardo Mondlane.
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura.
UOFU	Proseguimento das Origens Urbanas (“Urban Origin Follow Up”).
ZANLA	Exército Zimbabueano de Libertação Nacional (“Zimbabwean National Liberation Army”).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplos de estações com pinturas rupestres existentes em Moçambique...	61
Figura 2 – Carta de Pré-História de Moçambique.....	62
Figura 3 – Localização da área de estudo no Distrito de Manica.....	63
Figura 4 – Monte Chinhamapere.....	64
Figura 5 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamapere I	64
Figura 6 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamapere II.....	65
Figura 7 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamapere IV.....	65
Figura 8 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Romo Re Nguruwe.....	65
Figura 9 – Monte Guindingue.....	66
Figura 10 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Moucondhiwa.....	66
Figura 11 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Mouchiabaka.....	66
Figura 12 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Guro.....	67
Figura 13 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamonhoro.....	67
Figura 14 – Mapa do Reino Bvumba no século XIX.....	68
Figura 15 – Cerimónia do Kudhira Nvura, no sopé do monte Chinhamapere.....	69
Figura 16 – Costumeira Mbuya Gondo realizando cerimónias na estação de Chinhamapere I...69	
Figura 17 – Cerimónia dirigida pelo Sr. Tchek-Tchek na estação de Chinhamapere I.....	70

RESUMO

Apesar do reconhecido valor arqueológico e cultural atribuído às estações com pinturas rupestres em Moçambique, as mesmas têm-se debatido com vários problemas criados pela natureza e pelo homem, tornando incontornável a necessidade de adopção de estratégias eficazes para a *gestão* deste *património arqueológico*. No presente ensaio, analisa-se a forma pela qual as pinturas rupestres no distrito de Manica têm sido tradicionalmente geridas pelas comunidades locais, no período compreendido entre 1943 e 2005.

A reflexão sobre a *custódia tradicional* das pinturas rupestres no distrito de Manica, baseia-se na análise de três aspectos que caracterizam o modo de vida das comunidades locais, nomeadamente: o significado da *paisagem natural* para as comunidades locais e a sua relação com o mundo dos *espíritos ancestrais*; as práticas sociais (*ritos*) ligadas à actividade agrícola e o papel da *autoridade tradicional* na gestão dos recursos culturais. Argumenta-se que a *custódia tradicional* das estações com pinturas rupestres, nos montes Chinhamapere e Guindingue, assenta num amplo e complexo sistema de crenças, ritos e leis consuetudinárias que, impõem às comunidades viventes o respeito pela natureza, mas sobretudo pelos espíritos ancestrais tidos como legítimos donos da terra e dos recursos.

Por sua vez, a inclusão dos sistemas tradicionais nas estratégias modernas de gestão do património cultural, permite inverter a 'tradicional' tendência de se conceber estratégias de gestão a partir do topo e tomar como base os conhecimentos e as práticas das comunidades locais (para discussão ver Macamo 2005a). É possível elaborar um plano de gestão de pinturas rupestres que integre elementos do sistema tradicional de gestão já existente nas comunidades; desenvolver uma estratégia de gestão conjunta (*co-gestão*), onde os conhecimentos sobre técnicas tradicionais e modernas de gestão se fundem.

Capítulo I - Introdução

A região da África Austral é palco de um dos mais espectaculares vestígios da pré-história, as *pinturas rupestres*.¹ Em Moçambique as pinturas rupestres são, na sua maioria, atribuídas às comunidades de caçadores e recolectores (pinturas *San*² e pinturas *Twa*³) e também às comunidades de agricultores e pastores (pinturas *Bantu*⁴). As pinturas rupestres, por serem um dos elementos da identidade cultural dos povos que habitam a região, constituem parte integrante do seu vasto *património cultural*.

Apesar do reconhecido valor arqueológico e cultural que é atribuído às estações com pinturas rupestres, as mesmas tem-se debatido com vários problemas de ordem humana e natural, que tem acentuado cada vez mais a sua deterioração. No contexto desta problemática, a *arqueologia*⁵ tem contribuído não só na pesquisa de estações com pinturas rupestres, como também na *gestão do património arqueológico* que estas representam.

Em Moçambique, após uma política de gestão do património orientada para a preservação do património que testemunhava o esforço do colonizador, seguiu-se, no período pós-independência, uma grande campanha de valorização e preservação do património cultural. Contudo, em ambos períodos, a gestão das estações com pinturas rupestres não mereceu o devido destaque. Neste contexto, afigura-se pertinente, no estágio actual, reflectir sobre a gestão do património arqueológico, em particular das pinturas rupestres.

¹ Conjunto de manifestações artístico-simbólicas representadas nas paredes e tectos de cavernas, grutas e abrigos rochosos (Macamo, 2003a:17).

² Caracterizam-se pela representação de pessoas e animais, sendo o vermelho a cor predominante. Pelo seu carácter detalhado, é possível identificar em alguns casos a espécie do animal e o sexo das figuras humanas representadas nas rochas (Smith, 1997:22).

³ Também designadas *Batwa*, são marcadas pelo uso extensivo de desenhos geométricos de cor vermelha, representação de animais em proporções distorcidas e em poucos casos apresentam desenhos de figuras humanas (Smith, 1997:24).

⁴ Estas pinturas têm como principal característica predominância da cor branca em relação à vermelha. São executadas a dedo e normalmente aparecem desenhos de animais e de pessoas (Smith, 1997:25-26).

⁵ Entendida num sentido mais amplo como sendo a ciência que visa responder a múltiplos questionamentos sobre o passado das sociedades, através do estudo dos vestígios da cultura material. Esses vestígios incluem marcas da presença humana, como é o caso das pinturas e gravuras rupestres, bem como outros meios usados pelo homem para registrar as suas crenças e o seu modo de vida (Deacon, 1993:118).

1. Objecto de estudo

Ultimamente, tem havido uma crescente necessidade de se valorizar a matriz sócio-cultural, bem como os esforços de gestão do património cultural e natural empreendidos pelas *comunidades no meio rural*. Pretende-se, com o presente ensaio, reflectir sobre a *custódia tradicional* do património arqueológico na província de Manica, tendo como estudo de caso as pinturas rupestres de algumas estações arqueológicas do distrito de Manica, localizadas nas áreas de Chinhamapere e Guindingue, durante o período compreendido entre 1943 e 2005. Por conseguinte, a *custódia tradicional* é aqui entendida como sendo o conjunto de métodos e experiências locais que se passam de geração em geração, para a conservação do património cultural, neste caso as pinturas rupestres.

2. Justificação do tema e das balizas cronológicas

Os sistemas tradicionais de gestão de locais sagrados, no seio das comunidades falantes das línguas Shona, têm um carácter centenário. Por imperativos metodológicos, são aqui definidos marcos cronológicos que possibilitam uma análise dos principais processos inerentes à história de Moçambique. Nesse sentido, o presente estudo debruça-se sobre o período compreendido entre 1943 e 2005.

O ano de 1943 representa o primeiro compromisso oficial do governo da Colónia de Moçambique em relação à pesquisa arqueológica e gestão dos recursos culturais inerentes. Este posicionamento foi institucionalizado pelo Diploma Legislativo nº 825, de 20 de Fevereiro de 1943, o qual instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (Diploma Legislativo nº 825, 1943:59).

Recentemente, a riqueza do património cultural foi revelada aquando das pesquisas sobre arte rupestre, levadas a cabo na província de Manica por Tore e Eva Saetersdal desde 1997. Por

consequente, estabeleceu-se um projecto de cooperação em arqueologia e gestão do património cultural entre o então Ministério da Cultura através da Direcção Nacional do Património Cultural, e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Universidade de Bergen. O projecto foi denominado *Pesquisa Arqueológica e Gestão do Património Cultural em Moçambique*, tendo sido implementado de 2003 a 2005⁶ (Macamo e Saetersdal, 2004:192-193). Pelo facto do presente trabalho abordar um tema que se enquadra nas preocupações do referido projecto, tem-se o ano de 2005, último ano de implementação do projecto, como marco final do período em análise.

3. Justificativa

A pertinência da gestão do património arqueológico, no geral, e das pinturas rupestres, em particular, deriva da cada vez maior necessidade de se conservar os elementos de identidade cultural das várias comunidades (Duarte,1992:37; Folorunso,1996:797; Ndoro,2001:3; Walderhaug Saetersdal,2000:165). Esta importância do património cultural, está também expressa na legislação moçambicana ao considerar que:

No património cultural está a memória do Povo; a sua protecção assegura a perenidade e a transmissão às gerações futuras não só do legado histórico, cultural e artístico dos nossos antepassados como também das conquistas, realizações e valores contemporâneos. (...) A deterioração, desaparecimento ou destruição de qualquer parcela do património cultural constitui uma perda irreparável, competindo aos diversos organismos públicos, privados e aos cidadãos em geral, a responsabilidade de impedir o empobrecimento do nosso país. Importa sim, assegurar aos bens do património cultural, a necessária protecção (Lei nº 10/88, 1988:13).

Apesar dos vários esforços levados a cabo por investigadores e instituições que lidam com a gestão do património arqueológico, muitas das estações com pinturas rupestres, constituem ainda parte vulnerável do nosso património cultural. Nesta perspectiva, a análise da forma

⁶ Projecto financiado pela NORAD, em colaboração com os seguintes parceiros: Universidade Eduardo Mondlane (Departamento de Arqueologia e Antropologia e Museu de História Natural); ARPAC – Instituto de Investigação Sócio-Cultural (Maputo, Tete e Chimoio); Direcção Provincial da Educação e Cultura (Chimoio); Universidade de Witwatersrand (Rock Art Research Institute); Universidade do Zimbabwe (History Department e Archaeology of Manyikaland Project); Malawi (Dzedza Rock Art Project e Ministry of Culture) e Universidade de Bergen (Center for Development Studies).

como as estações com pinturas rupestres do distrito de Manica têm sido tradicionalmente geridas, pode fornecer às entidades que tem a função de zelar pelo património cultural em Moçambique, subsídios para a elaboração de um plano de gestão deste património arqueológico.

A escolha do tema deveu-se também à participação do autor na elaboração do *Plano de Gestão do Património Cultural para a estação de arte rupestre de Chinhamapere* no distrito de Manica (Outubro de 2002)⁷. Contou ainda a sua sistemática participação em trabalhos de pesquisa de pinturas rupestres, em algumas áreas da localidade de Chinhambudzi na província de Manica e ainda Angónia e Macanga na província de Tete, no âmbito do projecto *Pesquisa Arqueológica e Gestão do Património Cultural em Moçambique*.

4. Objectivo geral

- Analisar a forma pela qual as pinturas rupestres no distrito de Manica têm sido tradicionalmente geridas pelas comunidades locais, no período compreendido entre 1943 e 2005.

4.1 Objectivos específicos

- Apresentar o ambiente natural e arqueológico do distrito de Manica com as suas principais estações nas áreas de Chinhamapere e Guindingue;
- Rever a literatura relativa à gestão da arte rupestre, no contexto nacional e regional a nível de África Austral, com vista a adopção de um quadro teórico e conceptual que melhor se adequa à análise sobre gestão tradicional das pinturas rupestres em Moçambique;

⁷ No âmbito do projecto de cooperação entre os investigadores Benjamin Smith & Andrew Salomon da Universidade de Witwatersrand (Rock Art Research Institute) e Tore Saetersdal da Universidade de Bergen (Center for Development Studies), com a participação de estudantes da Universidade Eduardo Mondlane (Departamento de Arqueologia e Antropologia).

- Traçar uma breve resenha histórica de Manica com vista a um melhor enquadramento das transformações político-económicas e sociais ocorridas na região, no contexto global da história de Moçambique;
- Analisar as experiências e práticas a nível da gestão tradicional das pinturas rupestres no distrito de Manica, tendo como referência as pinturas rupestres da área de Chinhamapere e Guindingue, desde o período colonial até a actualidade;
- Reflectir sobre o contributo e as vantagens da inclusão dos sistemas tradicionais de gestão cultural nos programas do governo, em particular no distrito de Manica.

5. Problematização

De um modo geral, as estações com pinturas rupestres debatem-se com vários problemas. Alguns são de origem natural, como é o caso da deterioração das pinturas por força das alterações climáticas, agentes biológicos, vegetação e acção de determinadas espécies de animais (Chaloupka, 1978:75-78; Avery, 1978:66-68). Outros problemas derivam das acções humanas tais como:

- a. Projectos de desenvolvimento que se sobrepõe à defesa dos valores culturais;
- b. Uso indevido das estações pela população local ou pelos visitantes, quer por falta de conhecimento sobre o valor da estação, quer ainda pela falta de um sentimento de afeição à mesma;
- c. Falta ou a aplicação de um ineficiente plano de gestão do património arqueológico (Smits, 1978:100; Sullivan, 1978:71).

As *estações com pinturas rupestres em Moçambique* (Figura 1) estiveram sujeitas às diferentes políticas concebidas para a gestão do património, como reflexo das diferentes conjunturas ideológicas, ao longo do percurso histórico de Moçambique. No período colonial, a política de gestão foi orientada para a preservação do património que testemunhava a missão colonizadora em Moçambique, havendo poucas acções para a gestão das pinturas rupestres (Macamo,

2003:10). No período pós-independência, foi realizada uma grande campanha de valorização e preservação do património cultural e foram desenvolvidos programas arqueológicos que, para além da pesquisa contemplaram igualmente a gestão do património arqueológico. Contudo, uma política específica para a gestão das pinturas rupestres em Moçambique, está ainda na fase de elaboração.

Actualmente, são incontornáveis os importantes progressos alcançados na área de gestão do património cultural, através da adopção de instrumentos como:

- a. Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro;
- b. Decreto nº 27/94 de 20 de Julho;
- c. Política Cultural e a Estratégia da sua Implementação em 1997 (Lei nº 10/88,1988; Decreto nº 27/94,1994; Resolução nº 12/97, 1997). No entanto, traçar estratégias eficientes com vista à gestão das pinturas rupestres, continua a ser uma necessidade.

As pinturas rupestres do distrito de Manica constituem parte integrante do património tangível e intangível das comunidades locais. Por isso, afigura-se pertinente reflectir sobre os mecanismos através dos quais as pinturas rupestres deste distrito, têm sido tradicionalmente geridas pelas comunidades locais eficientemente, no período compreendido entre 1943 e 2005.

6. Hipótese

O processo da custódia tradicional das pinturas rupestres no distrito de Manica, tem sido levado a cabo pelas comunidades locais através de um conjunto complexo de crenças, leis consuetudinárias e práticas sociais. Estas práticas impõem, às comunidades viventes, o respeito pelos ancestrais que estão ligados a elementos naturais como a terra, as florestas e os montes. Alguns destes montes possuem abrigos rochosos que apresentam pinturas rupestres.

7. Revisão da literatura

Alguns dos estudos sobre a pré-história de Moçambique realizados no período colonial, no âmbito dos trabalhos da Missão Antropológica, estão patentes nas publicações de Santos Júnior (1940; 1950). Estas publicações para além de reflectirem sobre vários aspectos da pré-história de Moçambique, fornecem um mapa com a distribuição das estações líticas, recintos amuralhados do tipo Zimbabwe e abrigos rochosos com pinturas rupestres. Reporta-se igualmente a existência de 13 estações identificadas em todo território de Moçambique, contendo pinturas rupestres (Figura 2).

No concernente a Manica, há subsídios fornecidos por Simões Alberto, ao referir-se à primeira estação arqueológica identificada por Santos Júnior em 1945, no posto administrativo de Mavita (Alberto, 1951). Carvalho (1946) faz uma breve descrição da estação de Chinhamapere. Esta descrição foi posteriormente aprofundada por Viegas Guerreiro que, contrariando os seus antecessores, procurou através do estudo do significado das pinturas, explicar as razões pelas quais os grupos nómadas as teriam executado (Guerreiro, 1965). Por seu turno, Octávio Roza de Oliveira numa análise comparativa com os estudos realizados a nível da África Austral, incluindo a África do Sul e a Rodésia do Sul, aprofundou ainda a pesquisa sobre as pinturas rupestres, tendo concluído que as mesmas pertenciam aos povos *Bosquímanos* (Oliveira, 1971:56).

No período posterior à independência realizaram-se poucas pesquisas e publicações relativas às pinturas rupestres, sendo as principais razões as que se seguem:

- a. A guerra civil que inviabilizava qualquer tentativa de aceder às estações, na sua maioria localizadas no interior do país;
- b. A falta de bases previamente estabelecidas de estruturas institucionais para a pesquisa arqueológica e gestão do património arqueológico em Moçambique;
- c. O número demasiado reduzido de arqueólogos existente no país;

- d. O grande enfoque dado à investigação das primeiras comunidades de agricultores e pastores, contribuiu também para a escassez de estudos sobre as pinturas rupestres (Macamo, 2003; Macamo e Saetersdal, 2004; Muocha, 2005; Sinclair, 1993).

Constituem excepção os contributos de Teixeira Duarte que, fazendo uma resenha histórica da “mais bela herança que recebemos de épocas tão remotas”, procura analisar e sobretudo valorizar a arte rupestre, por constituir património histórico e cultural de Moçambique (Duarte, 1979:54-56). O interesse em pesquisar e divulgar as pinturas rupestres em Moçambique é também manifesto por Adamowicz (1987). No contexto dos aturados trabalhos arqueológicos levados a cabo na província de Nampula, este autor fornece importantes subsídios sobre estações com pinturas rupestres, como é o caso das pinturas da Serra Riane, Namelepeia e outras estações. Não menos importante é o trabalho de Teixeira Duarte e Maria da Luz que destacam, pela beleza e significado, cinco dos mais belos painéis com pinturas rupestres em Moçambique, fazendo uma breve análise do que consideram “verdadeiras obras de arte” (Duarte & Duarte da Luz, 1988:75-77).

Posteriormente, as pesquisas sobre pinturas rupestres em Manica foram retomadas por Saetersdal (2004), tendo datado o material arqueológico associado às pinturas rupestres *San*⁸ do monte Chinhamapere de 2860 BP (PPAGPCM, 29 de Agosto de 2005). A importância deste estudo deriva também do facto de se analisar, para além da principal estação de Chinhamapere, outras estações numa vasta área geográfica, com enfoque na relação entre as estações arqueológicas com pinturas rupestres e os locais de residência culturalmente privilegiados pelas comunidades de Manica.

Relativamente aos estudos sobre a gestão do património cultural em Moçambique, há o Diploma Legislativo nº 825 de 20 de Fevereiro de 1943, que formaliza o cometimento do

⁸ *San* é uma alternativa ao termo *Bushman* por causa da conotação pouco lisonjeira que a palavra *Bushman* adquiriu. É uma palavra da língua Nama (um grupo *Khoekhoe*), plural do género comum da palavra *Sa* (significa caçador e recolector) que com a adição do sufixo *n* o termo passou a designar as comunidades de caçadores e recolectores na região da África Austral (Deacon, 1998:6; Hall, 1996:259).

governo da Colónia de Moçambique com a pesquisa arqueológica e gestão dos seus recursos culturais inerentes (Diploma Legislativo nº 825, 1943).

No período posterior à independência, há a destacar a Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro de 1988. Esta Lei apesar de determinar a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, faz menção ao Património Arqueológico mas sem os detalhes. Posteriormente promulgou-se o Decreto nº 27/94 de 20 de Julho de 1994, que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico, onde são definidos importantes conceitos relativos à gestão do património, bem como procedimentos com vista a obtenção de licença para trabalhos arqueológicos. Seguiu-se o Inventário Nacional de Monumentos Conjuntos e Sítios bem como a definição das normas para a preservação e critérios de classificação desses conjuntos, monumentos e sítios (Lei nº 10/88, 1988; Decreto nº 27/94, 1994).

Parte considerável do debate sobre a problemática da gestão do património cultural, é aqui reforçada com recurso a fontes e exemplos de outros países, principalmente a nível da região austral de África. O conceito de gestão é concebido como um processo de longo termo que visa cuidar a estação arqueológica e toda a sua paisagem circundante, assim como a retenção ou selecção de imagens e valores culturais que serão conservados para as gerações futuras (Walderhaug Saetersdal, 2000:175).

Folorunso (1996:795) refere-se à gestão do património na Nigéria, concebendo a gestão de recursos culturais como uma forma cada vez mais frequente de prática arqueológica, com ênfase para a conservação das estações arqueológicas. Por seu turno, Deacon (1996), debruçando-se sobre a realidade sul-africana e Ndoro (2001), analisando a preservação do Grande Zimbabwe, vêem a gestão de recursos culturais como um conceito multifacetado que pressupõe a contínua conservação da natureza material e imaterial do património.

É comumente aceite que a gestão formal ou *moderna*⁹ do património veio como parte da bagagem colonial para todo o continente africano (Katsamudanga, 2003; Pwiti e Mvenge, 1996; Ndoro, 2001). No entanto, Ndoro e Pwiti (2005:141-142) criticam a tendência existente na África Austral em se considerar que a gestão do património só começou com a colonização europeia. Para estes autores, o facto de os colonizadores terem encontrado muitas das estações em bom estado de conservação, prova que a gestão já era feita pelos africanos pois os locais considerados santuários, como é o caso do Grande Zimbabwe, eram protegidos por uma série de tabus e restrições.

Este posicionamento é reforçado por Maradze (2003:4) e Katsamudanga (2003:7), ao considerarem que antes do colonialismo, os sistemas tradicionais de gestão visavam manter o respeito e a sobrevivência dos locais com relevância cultural. No entanto, o advento da colonização europeia, através da introdução do cristianismo, ciência e tecnologia, legislação relativa à posse de terra, levou a um “sufocar” dos sistemas tradicionais de gestão em muitas partes do Zimbabwe. É neste sentido que Ndoro e Pwiti (1999) consideram que a expropriação de terras das pessoas nativas (expropriação dos locais sagrados e das paisagens dos seus ancestrais), ocorridas nos últimos 150 anos na região austral de África, constitui um dos maiores problemas de gestão do património arqueológico na actualidade.

Contudo, Neves (1998) ao descrever as transformações político-económicas e sociais do actual território da província de Manica, desde o período pré-colonial até 1965, mostra que o impacto da colonização europeia e o percurso histórico de Moçambique foi diferente da trajectória histórica do Zimbabwe. Um dos exemplos é que a legislação colonial relativa à posse de terra, no caso vertente de Manica, movimentou apenas um reduzido número de famílias ao longo do corredor “Beira-Umtali”.

⁹ O termo *moderno* é aqui empregue somente com o intuito de fazer uma distinção entre elementos que fazem parte da cultura africana local, dita *tradicional*, e os que dela não fazem parte.

De igual modo, o estudo de Bannerman (1993) mostra que apesar da divisão do antigo reino de Bvumba (actual distrito de Manica) entre a então colónia de Moçambique e ex-Rodésia do Sul em 1897, as comunidades locais não foram alienadas dos seus locais sagrados e das paisagens dos seus ancestrais, como ocorreu em muitas zonas no Zimbabwe. Mesmo as fontes orais recolhidas no decurso do trabalho de campo, afirmam que tanto no período colonial assim como no período pós-independência, verificaram-se apenas pequenas movimentações populacionais num espaço geográfico não muito vasto. Portando, a expropriação de terras e dos locais sagrados das comunidades locais, como ocorreu no Zimbabwe, não reflecte a realidade do distrito de Manica.

O sistema moderno de gestão do património trazido com o colonialismo, viu-se a proteger somente o património tangível e considerou as técnicas científicas modernas como a única forma relevante de conservação (Deacon, 1999; Ndoro, 2001; Maradze, 2003). Este cenário prevaleceu durante todo o período colonial e muitas das políticas referentes à conservação foram herdadas pelas instituições que deviam lidar com o património logo após a independência.

Este cenário, segundo ilustra o artigo de Munyaradzi (2003), tem constituído um dos principais focos de conflito entre os gestores formais do património e as comunidade locais, levando muita das vezes ao fracasso dos planos de gestão que as entidades governamentais pretendem implementar. No caso vertente da gestão das pinturas rupestres, um dos exemplos da incompreensão dos valores locais é analisado por Taruvinga (1995), Walderhaug Saetersdal (2000) e Pwiti e Mvenge (1996) que apontam a incompatibilidade entre os diferentes valores atribuídos à estação de Domboshava (Zimbabwe), como principal causa do conflito entre as comunidades que viviam nas proximidades da estação e a entidade responsável pela gestão formal do património (National Museums and Monuments of Zimbabwe).

No que concerne à melhor estratégia para a gestão do património, parece que as opiniões se dividem. Estudiosos como Pwiti e Mvenge (1996), Taruvinga (1995) e Ndoro (2001), argumentam que a melhor estratégia para a gestão do património cultural, assenta na participação das comunidades locais durante as diferentes fases de elaboração e implementação dos planos de gestão.

No entanto, esta visão é criticada por autores como Katsamudanga (2003) e Munyaradzi (2003) ao considerarem que em muitos casos, o nível da participação comunitária não é clarificado e em outros casos as estratégias de gestão são pré-fabricadas. Por isso, defendem estes autores que a preservação do património nas estações arqueológicas é melhor quando é entregue às comunidades locais, visto serem estas utilizadoras dos valores intangíveis imanados do próprio património e que por isso, garantem eficiência à gestão do património não só tangível mas sobretudo o intangível.

Em relação aos problemas da conservação das estações arqueológicas em Moçambique Macamo, apesar de reconhecer os esforços empreendidos internamente, esboçou na década de 90 um cenário pouco optimista do estágio de gestão do património moçambicano. A falta de registo de algumas estações arqueológicas; a negligência e o abandono das estações pelas autoridades locais; as insatisfatórias inspecções realizadas pelas entidades governamentais devido à falta de pessoal qualificado para o efeito, foram apontados como os principais constrangimentos para a boa conservação do património arqueológico (Macamo,1996:814).

Mais tarde, o artigo de Sinclair (2004) começou a descrever um cenário mais animador do desenvolvimento da arqueologia em Moçambique, ao mostrar que no decurso das actividades de pesquisa e gestão do património arqueológico, levada a cabo no distrito de Vilankulo, diferentemente de outros países da região austral de África, a comunidade local participa activamente. Decididamente, os projectos de pesquisa e gestão do património, implementados no distrito de Vilankulo, constituem exemplos úteis do sucesso do envolvimento comunitário,

muito por força do esforço dos pesquisadores em combinar sistematicamente os interesses da pesquisa com as necessidades locais das comunidades (Macamo, 2003:2-3).

Macamo e Saetersdal (2004), para além de fazerem uma breve referência aos projectos de pesquisa e gestão do património em Moçambique, centram a sua atenção nos trabalhos arqueológicos relativos às pinturas rupestres, levados a cabo na província de Manica. Apesar de fazer referência a algumas questões pertinentes à temática em análise, este artigo não aborda na essência os principais aspectos referentes à gestão das pinturas rupestres. Recentemente, Macamo (2005) a partir da discussão centrada nos amuralhados de pedra do tipo *Zimbabwe*, em torno dos “lugares privilegiados”, formulou uma estratégia de gestão do património cultural e natural das estações arqueológicas em Moçambique.

Relativamente à gestão local das pinturas rupestres, a tese de Saetersdal (2004) mostra que alguns dos locais com pinturas rupestres, estão embutidos de grande sacralidade para as comunidades locais. Nesse sentido, lugares culturalmente relacionados com o património intangível destas comunidades, como é o caso da estação arqueológica de Chinhamapere, são parte integrante de algumas práticas sociais (cerimónias de prece de chuvas), gozando assim de uma protecção especial por parte destas comunidades. Este cenário é também descrito por Arlindo Simbine na sua pesquisa etnográfica sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica (Simbine, 2006).

Os trabalhos de Rita-Ferreira (1958) e Beach (1980), são igualmente importantes pela descrição da história e do modo de vida dos povos Shona nos actuais territórios de Moçambique e Zimbabwe. No concernente às comunidades Shona da província de Manica, os artigos de Arlindo Simbine e Domingos Artur debruçam-se sobre o papel das tradições, leis costumeiras, crenças, tabus, como instrumentos reguladores do comportamento das comunidades viventes e o modo pelo qual algumas práticas costumeiras são usadas pelas comunidades para gerirem os recursos naturais existentes (Simbine, 2002; Artur, 2000).

8. Quadro teórico-conceptual

A análise do sistema tradicional de gestão das pinturas rupestres em Manica, passa necessariamente por um enquadramento teórico do debate sobre a gestão do património arqueológico a nível mundial. De entre as várias correntes existentes, destaca-se aqui a escola *processualista*, segundo a qual a gestão das pinturas rupestres não difere do modelo aplicado aos objectos museológicos (Renfrew e Bahn, 1994; Hall, 1996). Nesta base, os defensores desta escola argumentam que *gerir* pinturas rupestres, significa unicamente tratar a superfície da rocha (painel) através de técnicas que incluem intervenções físicas nas estações arqueológicas (Walderhaug Saetersdal, 2000:167).

Por seu turno, a escola *pós-processualista*, com a qual o presente trabalho se identifica, defende que as percepções sobre a arte rupestre estão dependentes das experiências dos indivíduos, sendo por isso mutáveis ao longo do tempo (Hodder, 1998; Renfrew e Bahn, 1994; Walderhaug Saetersdal, 2000). Esta base teórica permite:

- a. Enfatizar as condições e os valores inerentes ao património arqueológico para os vários grupos afectados (académicos, profissionais do governo, comunidades locais);
- b. Encarar o conceito de gestão da arte rupestre como um conceito mutável e não universal;
- c. Enquadrar no quadro conceptual relativo à gestão das pinturas rupestres, novos conceitos que vão de encontro à realidade objectiva das sociedades africanas (condições do meio sócio-cultural em que se encontram inseridas as estações com pinturas rupestres em Moçambique).

Atendendo ao facto de que os diferentes posicionamentos teóricos espelham-se sobretudo a nível das definições dos conceitos, afigura-se imprescindível clarificar alguns deles.

8.1 Património cultural

Apesar de inicialmente este termo ter feito referência exclusivamente aos vestígios monumentais das culturas, o mesmo tem vindo gradualmente a incluir novas categorias como crenças e valores (UNESCO, 2005:5). Actualmente o conceito de *património cultural* contempla “todos os sinais que documentem as actividades e os progressos do homem ao longo do tempo”. Este conceito inclui ainda elementos arqueológicos (Feilden e Jokiletho, 1998:11).

Para efeitos de discussão que se pretende no contexto deste trabalho, o *património arqueológico* é concebido como sendo:

O conjunto dos bens móveis e imóveis de valor arqueológico, paleontológico, antropológico ou geológico, relacionados com as gerações antepassadas, encontradas por meio de descobertas fortuitas, prospecções ou escavações arqueológicas, bem como os que venham ainda a ser descobertos ou escavados. O património arqueológico inclui ainda os estudos, registos e resultados de análises laboratoriais ou outros provenientes de prospecções e escavações arqueológicas (Decreto nº 27/94, 1994:2).

O património arqueológico, na sua totalidade, engloba elementos de variada natureza, subdividindo-se em património tangível e intangível. Ao *património tangível* correspondem todos os aspectos físicos que definem a cultura de um povo, representados por monumentos, locais históricos, paisagens culturais, etc. (UNESCO, 2003:14). Por seu turno, ao *património intangível* correspondem:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, artefactos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu património cultural. Este património transmite-se de geração em geração, sendo geralmente recriado pelas comunidades e grupos, em função do seu ambiente, sua interacção com a natureza e com a história, gerando um sentimento de identidade e continuidade (UNESCO, 2003:14).

8.2 Gestão do património arqueológico

O termo *gestão de recursos culturais* tem vindo a assumir vários significados, abrangendo um campo que vai desde o registo e protecção até à gestão das estações arqueológicas (Deacon, 1996:839). Por seu turno, Folorunso vê a gestão de recursos culturais como uma outra forma de praticar arqueologia, com ênfase para a conservação e melhor uso de dados arqueológicos e protecção efectiva de estações e monumentos (Folorunso, 1996:795).

Para o presente estudo, adopta-se uma definição mais abrangente, concebendo-se a *gestão do património arqueológico*¹⁰ como um conceito multifacetado que tem em conta a paisagem e sua propriedade cultural tangível e intangível. Isso inclui ainda a retenção de todos os valores que são atribuídos ao património pelos grupos interessados ou afectados. Nesse sentido, “a gestão do património arqueológico diz respeito ao cuidado e contínuo desenvolvimento do local, bem como à retenção do seu significado com vista a assegurar o seu futuro, em termos de vestígio material e imaterial” (Ndoro, 2001:2).

8.3 Custódia tradicional

O termo *tradicional* é referente às comunidades que ainda se orientam, em grande medida, pelos valores culturais, tais como o direito consuetudinário (Dava, 1997:7). Para o caso de Moçambique, assim como em outras regiões do nosso continente, o termo manifesta-se nas comunidades do meio rural. Por conseguinte, a *comunidade* é entendida como sendo um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior à esta, que visa salvaguardar os interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, agrícolas, florestais, sítios de importância cultural, etc (Duarte, 1999:9).

¹⁰ A gestão do património incorpora três sub-conceitos, nomeadamente: a *memória* (individual, colectiva e processos culturalmente constituídos); *cultura* (acções, hábitos, textos musicais, rituais, eventos, objectos materiais, monumentos) e *património cultural* (colecções de memórias e culturas individuais ou colectivas definidas ou feitas num determinado processo sócio-político).

Nesta base, as *comunidades locais* são entendidas como aquelas que para além de partilharem muitas vezes objectivos, interesses e valores comuns como crenças, hábitos, língua, costumes, antepassados, têm igualmente o direito de uso e aproveitamento da terra, a nível rural, participando na gestão dos recursos naturais e resolução de conflitos existentes (Abdala, 2001:20).

Por seu turno, o termo *custódia tradicional* refere-se, no presente trabalho, à gestão do património arqueológico levada a cabo pelas comunidades locais, através de conhecimentos e práticas de expressão cultural local. Estas práticas são embutidas de crenças e valores que são transmitidos de uma geração para a geração seguinte e que se “perpetuam” por intermédio dos ritos e da tradição oral. Nesse sentido, a *custódia tradicional das pinturas rupestres* engloba todos os mecanismos e acções, regidos pelas normas consuetudinárias, levadas a cabo pela comunidade local, com vista ao uso e contínua preservação das pinturas rupestres e do meio natural envolvente com relevância cultural (simbólica), onde as pinturas se encontram também inseridas.

9. Método

A investigação que está na base deste trabalho desenvolveu-se em duas fases. A primeira correspondeu à pesquisa teórico-bibliográfica em instituições com considerável acervo documental sobre a temática em estudo, como é o caso do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), as delegações de Maputo e Chimoio do Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC), Direcção Nacional da Cultura (antiga Direcção Nacional do Património Cultural), Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e publicações patentes em *sites* da Internet.

A segunda fase correspondeu ao trabalho de campo, com o objectivo de visitar algumas estações arqueológicas nas áreas em análise, bem como entrevistar alguns grupos sociais, nomeadamente: os líderes locais, desde chefes tradicionais, chefes de terras, elementos da comunidade sobretudo anciãos, bem como as autoridades governamentais ligadas à cultura.

No que concerne ao plano temático, o trabalho comporta cinco capítulos. O primeiro capítulo da introdução, centra-se nos aspectos metodológicos do trabalho, englobando o objecto de estudo, a justificação do tema e das balizas cronológicas, o objectivo geral e os específicos, a problematização, a hipótese, a revisão da literatura e a definição do quadro teórico-conceptual. O segundo capítulo é dedicado à caracterização do ambiente natural e sócio-económico do distrito de Manica, incluindo uma breve descrição das estações arqueológicas existentes nas áreas em estudo, bem como uma breve resenha histórica do distrito. A análise da evolução da gestão formal do património cultural em Moçambique e em Manica em particular, constitui a última temática deste capítulo.

No terceiro capítulo procura-se, a partir das experiências e práticas das comunidades locais, mostrar a forma pela qual a custódia tradicional das pinturas rupestres tem sido levada a cabo no distrito de Manica de 1943 a 2005. A reflexão é centrada na relação entre a paisagem natural e os espíritos ancestrais, na importância dos rituais ligados à prática agrícola para as comunidades e também no papel da autoridade tradicional na gestão dos recursos culturais. Segue-se uma breve reflexão sobre o papel dos sistemas tradicionais no contexto dos métodos modernos de gestão do património cultural no distrito de Manica, no quarto capítulo. As considerações finais estão reservadas ao quinto capítulo.

Capítulo II. Manica: Caracterização, História e Evolução da Gestão do Património Cultural

1. Caracterização do ambiente natural e sócio-económico do distrito de Manica

1.1 Aspectos geográficos e naturais do distrito de Manica

O distrito de Manica localiza-se na província centro-ocidental de Moçambique, com o mesmo nome (Figura 3). Faz fronteira com a República do Zimbabwe a ocidente, com os distritos de Bárue a norte, Gondola a este e Sussundenga a sul. O distrito de Manica dispõe de cinco postos administrativos, nomeadamente: Machipanda, Mavonde, Vanduzi, Messica e a cidade de Manica que constitui a sede do distrito, estando localizada no corredor da Beira, a 20 km da fronteira com o Zimbabwe e a 66 km da capital provincial Chimoio (MICOA, 23 de Março de 2006; Neves, 1998:22-23).

Em termos geomorfológicos, o distrito apresenta solos argilosos vermelhos e profundos. É atravessado pela bacia do Púngue (constituída pelos rios Revue, Púngue, Vanduzi, Nhancuarara, Cheneze, Mucumbezi, Messica) e apresenta um relevo montanhoso (com altitude superior a 1700m), que faz das cordilheiras uma das principais características naturais da região. A paisagem rochosa da cordilheira Vumba, à semelhança das demais cordilheiras, apresenta colinas de granito e pequenas montanhas, onde se encontram cavernas naturais e outros abrigos rochosos, propícios para a ocupação humana antiga, incluindo manifestações artísticas como pinturas rupestres (Saetersdal, 2004:26).

O clima é predominantemente tropical húmido modificado pela altitude, com a temperatura média de 20°C e uma precipitação anual média de 1300 mm. A nível da flora, há predominância da floresta de miombo, estando a fauna bravia representada principalmente por kudus, gazelas pequenas, babuínos e variadíssimas espécies de aves e répteis. (PPAGPCM, 29 de Agosto de 2005).

1.2 Aspectos sócio-económicos do distrito de Manica

Em termos sociais, a província de Manica é etnicamente habitada pelos povos falantes da língua Shona, subdivididos em grupos falantes do Ndau (no sul), Teve (no centro), Bárue (no norte) e Manyika que cobre parte considerável do distrito de Manica e atravessa a fronteira com o Zimbabwe (Neves, 1998:22-23). Por seu turno, a economia é predominantemente agrícola (cultivo do milho, arroz, trigo, mapira, feijão, mandioca, batata-doce, amendoim, hortaliça, citrinos, tabaco, etc.), em combinação com a pecuária (gado bovino, gado caprino, gado suíno e gado ovino). A indústria inclui o trabalho de madeira, calçado, mineração e bebidas. O comércio é representado pelos mercados e lojas e o turismo como a actividade com cada vez maior interesse económico do distrito (MICOA, 23 de Março de 2005).

1.3 Caracterização das áreas em estudo no distrito de Manica

A área de Chinhamapere situa-se a 18°57'54"S, 032°51'61"E, no vale de Manica, na parte noroeste do monte Vumba (Figura 4). A principal estação arqueológica, denominada Chinhamapere I, é um grande painel de arte rupestre quase no topo da colina, com um complicado painel de camadas sobrepostas de pinturas San (Figura 5). Fazem igualmente parte desta área:

- a. A estação de Chinhamapere II que apresenta 5 distintos painéis de pinturas San (Figura 6);
- b. Caverna com pinturas já desvanecidas e instrumentos da Idade da Pedra Superior (IPS)¹¹, constitui Chinhamapere IV (Figura 7);

¹¹ A Idade da Pedra (Paleolítico) corresponde a etapa inicial do desenvolvimento humano, em que a principal matéria-prima utilizada para o fabrico de artefactos é a pedra. Na África Austral o termo é usado dentro de uma sequência tripartida: Idade da Pedra Inferior (2.500.000 a 250.000 anos), Idade da Pedra Média (250.000 a 22.000 anos) e Idade da Pedra Superior (22.000 a 2000 anos), (Macamo, 2003a:38; Deacon e Deacon, 1999:6).

- c. A estação de Romo Re Nguruwe (Figura 8) que apesar de estar ligeiramente afastada do monte, está intimamente relacionada com as demais estações referenciadas (Saetersdal, 2004:26-28).

Por seu turno, a área de Guindingue localiza-se a 19°07'05"S, 032°52'28"E, na parte sul oriental do monte Vumba (Figura 9). Apresenta montanhas altas e colinas rochosas como principal característica física do meio, situando-se a sensivelmente 50 km a sudeste da cidade de Manica. A principal estação desta área é a de Moucondhiwa (Figura 10), um grande abrigo rochoso com pinturas representantes de vários períodos contendo depósitos de materiais da IPS e Idade do Ferro Superior (IFS).¹² Constituem igualmente parte integrante desta área, as estações de Mouchiabaka (Figura 11), Guro (Figura 12), Chinhamonhoro (Figura 13), Monte Tsoro e Inhassane (Saetersdal, 2004:25-26).

2. Breve resenha histórica do distrito de Manica

Os povos San, aos quais é atribuída a autoria das primeiras pinturas em Chinhamapere, eram populações autóctones da África Austral que viviam da caça, pesca e recolção, sendo a sua presença em Manica datada de pelo menos 3000 anos (2860 BP), (Deacon, 1998:6; Saetersdal, 2004:53). No contexto dos últimos 2000 anos na África Austral, o primeiro milénio foi marcado pelo movimento das *Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores* (PCAP) do norte do Zambeze em direcção ao sul (Macamo, 2005:42). Estas populações eram falantes das línguas Bantu, praticavam a agricultura (cultivo do sorgo, milhete) e pastorícia (gado bovino, ovino e caprino), fabricavam a olaria e trabalharam o ferro, estando organizadas em pequenas comunidades permanentes (Pwiti, 1996:17; Macamo, 2004:1).

¹² A *Idade do Ferro* é caracterizada pela utilização maciça de instrumentos fabricados de ferro, subdividido em Idade do Ferro Inferior e Idade do Ferro Superior. A Idade do Ferro é muitas vezes definida pelas cultura e tradições, sendo que na região da África Austral vários investigadores preferem o uso do termo *Comunidades de Agricultores e Pastores*, no lugar de Idade do Ferro (Macamo, 2003a:39).

Os primeiros grupos falantes do Shona podem ter-se fixado na região durante os primórdios do segundo milénio, período em que se verificam profundas mudanças na região austral de África, introduzidas na esfera económica pelo comércio com o exterior (Seatersdal, 2004:231). Neste contexto, por volta do século XI surge o primeiro Estado conhecido na África Austral, com capital em Mapungubwe (Macamo, 2004:5; Macamo, 2005:43). Este centro regional declinou por volta do século XIII, dando origem ao Estado do Grande Zimbabwe, que se desenvolveu até a segunda metade do século XV. O declínio deste Estado esteve relacionado com a ascensão dos Estados de Torwa (a sudoeste do actual Zimbabwe) e Estado de Mutapa (norte do actual Zimbabwe), estendendo-se para algumas áreas do actual território de Moçambique (Beach, 1980:60-66; Pwiti, 1996:17-20.).

Nos finais do século XV alguns grupos da elite Karanga emigraram do Estado de Mutapa e fundaram os reinos de Danda (Sedanda), Bvumba (Vumba), Teve (Quiteve) e Manyika (Manica), no espaço geográfico da actual província de Manica (Neves, 1998:55-56). A chegada das populações falantes do Shona em Manica é também indiciada, embora cautelosamente, pela olaria da *tradição Gokomere-Ziwa*¹³ identificada na estação de Mavita. (Macamo, 2005:69; Duarte, 1988:62). Acredita-se igualmente que esta tradição poderá ter sobrevivido em Moçambique até finais do século XVI. (Macamo, 2004:9). Por outro lado, parte das pinturas rupestres presentes na estação arqueológica de Moucondhiwa, evidenciam também uma das manifestações artísticas das comunidades Shonas ancestrais.

No espaço geográfico da actual cidade de Manica, ergueu-se o reino Bvumba por volta do século XVII, situado ao sul do velho estado Manyika, ao longo dos rios Munene e Revue (Figura 14). De acordo com a investigação de Bannerman (1993:81-82), o primeiro chefe da dinastia Chirara já governava Bvumba por volta de 1644. Os chefes Chirara estabeleceram sub-

¹³ A *tradição Gokomere-Ziwa* é caracterizada por padrões de decoração de estampa. A primeira fase da olaria estampada (conhecida no Zimbabwe como Gokomere) data dos séculos II a III AD, enquanto que a segunda fase data dos séculos VI a IX AD. A fase mais tardia continua até o século XII, ainda no Zimbabwe e parece ter sobrevivido em Moçambique até finais do século XVI (Macamo, 2004:9).

chefes da sua própria linhagem e de linhagens diferentes que controlavam algumas áreas de Bvumba. Foi aproximadamente neste período que os portugueses estabeleceram uma *feira*¹⁴ ou mercado em Bvumba, onde comercializavam ouro, açúcar e arroz (Ibid, 83-90).

Com o advento do *M'fecane*,¹⁵ Bvumba esteve também sujeito ao Estado dos Nguni de Gaza, provavelmente na condição de Estado tributário, principalmente entre meados de 1835 e Outubro de 1838, quando a capital de Gaza passou para Mussorize (Liesegang, 1975:8). Embora o controlo territorial continuasse nas mãos das lideranças locais, a centralização política de Gaza significava o controle sobre a população. De facto, com o desenvolvimento das plantações (no Cabo e no Natal) e da indústria mineira (em Kimberley e no Transvaal), a partir das décadas de 1860/70, os chefes Nguni passaram a estimular a emigração de jovens e também a cobrar o imposto em libras (Neves, 1998:61-63; Liesegang, 1996:9).

Os níveis de influência Nguni na cultura da sociedade Shona são variáveis. Na região de Mussorize e Dombe houve forte aculturação com a adopção de língua e costumes Nguni. Em contraste, as comunidades do actual distrito de Manica mantiveram, no cômputo geral, o seu padrão cultural face à influência Nguni e, numa fase posterior, à influência europeia. (Neves, 1998:68).

Após a definição das esferas de influência em 1891, seguiu-se a demarcação da fronteira em 1897, dividindo o reino Bvumba entre a colónia de Moçambique e a Rodésia do Sul. Com a queda do Estado de Gaza em 1895, criaram-se condições para a colonização europeia efectiva em Manica. No período entre 1891 e 1942 o processo de colonização de Manica foi levado a cabo pela Companhia de Moçambique (CM), que transformou uma porção relativamente

¹⁴ Lugares criados para o comércio, normalmente situados nas proximidades das minas de ouro com vista a controlar a actividade mineira e facilitar o comércio de roupas, missangas e outros produtos com as comunidades locais (Macamo, 2005:49).

¹⁵ Num sentido mais amplo o termo tem sido usado em referência à era da expansão Zulo pela África Austral nas décadas de 1820-1830, quando grupos Nguni (conotados como saqueadores) moveram-se em bandos para ocupar as regiões a norte do Limpopo devido à onda de conflitos na Zululândia (Rasmussen e Robert, 1990:201).

grande de Bvumba numa reserva indígena em 1926. “Sendo Manica considerada uma circunscrição de fronteira, foi menos afectada por recrutamentos para o *chibalo* e culturas forçadas” (Bannerman, 1993:93). O receio de provocar fugas massivas das populações para territórios vizinhos, fez com que tanto a CM assim como o governo colonial evitassem exercer demasiadas pressões sobre a população (Idem).

Em 1976 Moçambique aderiu às sanções económicas impostas à Rodésia do Sul pelas Nações Unidas, encerrando o corredor “Beira-Umtali”. Em resposta, a “Rhodesian Special Branch”(Serviços Secretos Rodesianos) organizou e apoiou as primeiras acções da “Mozambican National Resistance” (MNR) ou Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), com o objectivo não só de destruir as infra-estruturas das vilas moçambicanas, mas também neutralizar as bases da “Zimbabwean National Liberation Army” (ZANLA) que se situavam na província de Manica (Florêncio, 1994:126; Neves, 1998:26). Chinhambudzi serviu de local de acolhimento para os refugiados e até de campo de treino para os nacionalistas zimbabwuanos, durante a sua luta contra o regime de Ian Smith, tendo sido por várias vezes bombardeada pela Força Aérea Zimbabweana (Saetersdal, 2004:66-69).

Com a implantação do aldeamento das populações, a partir de 1977/78, criou-se a Aldeia Comunal de Muzongo, nas proximidades de Chinhamapere e a Aldeia Comunal de Chinhambudzi, na área com o mesmo nome. Nos anos que se seguiram, as comunidades enfrentaram cenários adversos, por força de factores como o colapso da rede de comercialização que funcionou durante o período colonial e as calamidades naturais cíclicas (prolongadas secas, pragas de gafanhotos, etc.) que alastravam o fenómeno da fome na região.¹⁶ O comércio fronteiriço informal passou a ser, para as famílias rurais, a base de compra de produtos industriais de primeira necessidade e de venda de milho, como resposta à crise económica provocada pela guerra (1976-1992) e ao elevado custo de vida a partir dos anos 1987 (Caliche, 2004:10).

¹⁶ Entrevista com Mambo Chirara, Manica, 27 de Janeiro de 2006.

O agudizar da crise política e económica no Zimbabwe, a partir de 1999, teve como uma das implicações, a saída de farmeiros zimbabweanos para locais mais seguros onde poderiam praticar diversas actividades económicas, na África Austral. Factores como: as facilidades criadas pelo governo moçambicano, através da legislação sobre investimento; a simplificação de procedimentos do acesso fácil à terra; a localização geográfica da província de Manica (próxima do Zimbabwe); a fertilidade dos solos, o clima, a existências de recursos florestais e faunísticos, bem como a estabilidade política em Moçambique resultante do Acordo Geral de Paz (1992) e das Eleições Gerais de 1994 e 1999, levaram alguns farmeiros zimbabweanos a investir em alguns distritos da província de Manica, nas áreas da agricultura, agro-indústria e agro-pecuária (Adalima, 2005:28-32).

3. Evolução da Gestão Formal do Património Cultural em Moçambique (Manica)

3.1 Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, 1943-1975

A gestão formal do património cultural em Moçambique iniciou em 1943, com a criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM). Este organismo estava virado à investigação, classificação, restauro, e conservação de monumentos e relíquias da Colónia de Moçambique, bem como a divulgação do seu conhecimento histórico-arqueológico e promoção da sua propaganda cultural e turística (Diploma Legislativo nº 825, 1943:59-61).

No concernente às pinturas rupestres, alguns pesquisadores coloniais (Oliveira, 1971:57 e Guerreiro, 1962:61) mostraram-se contra o remeximento desordenado da terra junto das estações. Contudo, a sua grande preocupação centrava-se na conservação dos painéis com pinturas rupestres pelo facto de em alguns casos existirem evidências de deterioração provocada por

elementos naturais. Por conseguinte, a gestão foi concebida como acções de protecção ou defesa dos monumentos arqueológicos contra as intempéries e acções de aventureiros curiosos. Nesta óptica, foi considerado crime (punível por lei) estragar vestígios com interesse científico e defendia-se a necessidade da execução de obras de engenharia, guiadas pela arqueologia, com vista à protecção das estações arqueológicas (Santos Júnior, 1940:457).

Em termos ideológicos, a gestão assim como a pesquisa das pinturas rupestres era dominada pelo paradigma colonial, pois conservar vestígios materiais da Idade da Pedra como pinturas rupestres significava, até certa medida, preservar os comprovativos da história primitiva dos povos africanos. Legitimava-se deste modo, a intenção civilizadora da colonização levada a cabo pelos europeus (Macamo, 2005:231). Um dos exemplos desta postura colonial é dado pela CMRHM que, através das publicações na revista *Monumenta*, destaca a preservação do património relativo à presença portuguesa em Moçambique, como forma de louvar o esforço empreendido pelos colonizadores (Muocha, 2005:20-21; *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 1980).

3.2 Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, 1977-1982

A independência trouxe consigo a necessidade de auto-afirmação dos moçambicanos, tendo o Governo prestado atenção particular ao património cultural. Assim, com a criação do Ministério de Educação e Cultura (MEC) em 1975, foi também instituída em 1976 a Direcção Nacional da Cultura (DNC), composta pelo Serviço Nacional de Museus que lidava, entre outros, com a organização de museus e de exposições (MC/DNPC, 2002:13). Com vista a impulsionar o desenvolvimento da arqueologia e divulgação do património cultural à escala nacional, foram criados o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNMA) em 1977 e o

Departamento de Arqueologia Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane, em 1980 (Sinclair, 1993: 409).

O SNMA iniciou em 1978 a Campanha de Preservação e Valorização Cultural (CPVC), com vista a preservar o património cultural na construção da nova sociedade. Com a finalidade de classificar, ordenar e proteger objectos museológicos, iniciou-se em 1979 a montagem do Arquivo Museológico Central no SNMA e posteriormente uma cadeia de depósitos museológicos provinciais. Em 1980 criou-se o Arquivo do Património Cultural (ARPAC), seguindo-se a criação de uma cadeia de arquivos do património provinciais e distritais, bem como a formação de agentes de preservação e valorização cultural (SNMA, 1981:32;42).

Esta campanha, apesar de ter contribuído grandemente para o levantamento geral do património tangível e intangível em todo o país, os problemas da *gestão* - entendida como conservação, restauro e apresentação de bens culturais - foram fracamente abordados. Tal facto deveu-se à constatação de que a conservação de bens culturais imóveis, como é caso das pinturas rupestres, necessitava de uma preparação cuidadosa dos intervenientes, com vista a evitarem-se práticas que pudessem futuramente comprometer esse património (SNMA, 1981:98).

A gestão formal do património, nesta fase, foi fortemente influenciada pela metodologia de análise marxista-leninista que defende que a cultura tem de ser analisada no contexto das relações de produção que existem entre os homens, porque são as relações de produção que condicionam a cultura e, conseqüentemente, determinam as manifestações culturais (SNMA, 1981:20-21). Nesta base, devia-se não só preservar tudo aquilo que evidenciasse a história e a cultura, mas sobretudo *valorizar* - "fazer com que as manifestações culturais do passado se tornem a base para que o povo faça uma crítica da história e da cultura" (Ibid, 23).

Neste período e nos anos que se seguiram, o DAA beneficiou do apoio da Agência Sueca para a Cooperação Científica (SAREC), desenvolvendo vários projectos de pesquisa que permitiram, no contexto da necessidade de definição das identidades culturais, identificar as tradições cerâmicas de Moçambique. O apoio contemplou igualmente o lançamento de numerosas publicações, como é o caso da série *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* (Macamo, 2003:6). Os projectos financiados pela ASDI-SAREC contemplaram igualmente a gestão dos recursos culturais, destacando-se por exemplo, a criação do museu em Manyikeni em 1979 que foi posteriormente reorganizado através do projecto Prosseguimento das Origens Urbanas (UOFU) de 1997-2004, recebendo posteriormente o apoio da Sociedade para a Cooperação Técnica (GTZ), (Macamo e Saetersdal, 2004:189-190).

3.3 Direcção Nacional do Património Cultural, 1983-1996 e 2000-2005

Aquando da criação da Secretaria do estado da Cultura em 1983, foi instituída a Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC), incumbida da preservação e valorização do património cultural. Criou-se então, de entre outros, o Museu Nacional de Etnologia e o Gabinete de Conservação e Restauração dos Monumentos da Ilha de Moçambique (MC/DNPC, 2002:13).

Em 1988 promulgou-se a Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Apesar de constituir um importante instrumento para a protecção do património, somente um capítulo da lei é referente à arqueologia, sendo o mesmo muito sintético (Lei nº 10/88, 1988:14). A valorização da diversidade cultural fez com que a Ilha de Moçambique fosse classificada pela UNESCO, como Património Mundial da Humanidade em 1991, sob proposta do Governo de Moçambique (Macamo, 2005:233).

Posteriormente, promulgou-se o Decreto nº 27/94, de 20 de Julho que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico. Este Decreto, para além de estabelecer os princípios e as normas para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional, define vários conceitos relativos à gestão do património arqueológico (Decreto nº 27/94, 1994:1).

Com a criação do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos em 1994 e subsequente definição dos seus objectivos, atribuições e competências em 1996, a DNPC foi integrada na DNC. Sob vigência deste organismo aprovou-se a Política Cultural e Estratégia da sua Implementação em 1997. Esta política constitui um instrumento regulador da actividade do Governo na sua articulação com os demais sectores sociais visando, de entre outros objectivos, proteger a afirmação das identidades culturais locais (rituais, crenças e poder tradicional) como factores de expressão de “unidade na diversidade” (Resolução nº 12/97, 1997:5-6).

No ano 2000, com a criação do Ministério da Cultura (MC), voltou-se a instituir a DNPC. Esta Direcção, confrontada com o paradoxo entre a demanda de problemas a serem resolvidos e os poucos recursos disponíveis, formulou em 2002 o seu Plano Estratégico para o período 2003-2007, com vista a orientar, planificar e implementar as actividades de gestão do património cultural por parte da Direcção (MC/DNPC, 2002:13-14).

A cooperação com o Centro de Estudos para o Desenvolvimento (Universidade de Bergen) e o apoio da NORAD, possibilitou a liderança pela DNPC do *Projecto de Pesquisa Arqueológica e Gestão do Património Cultural em Moçambique*. O mesmo foi implementado de 2003-2005 nas províncias de Manica e Tete, tendo como objectivos fundamentais, a pesquisa arqueológica e desenvolvimento da capacitação institucional, com enfoque na arte rupestre, no seu contexto arqueológico e na gestão do património cultural. Visando também colher informações etnográficas ligadas ao património cultural desta região, foi integrado o ARPAC como parceiro

do projecto para a pesquisa da tradição oral, práticas de ritos e crenças relacionadas com as estações arqueológicas e a paisagem circundante (PPAGPCM, 29 de Agosto de 2005).

A criação do MEC em 2005, levou novamente à extinção da DNPC e à transformação do Património Cultural em sector dentro da DNC. Constitui um dos objectivos deste sector, a implementação de uma política de gestão do património cultural feita da base para o topo (Macamo, 2005a:2-3). Este posicionamento visa, sobretudo, incentivar iniciativas locais visando à gestão do património a nível local, bem como tornar a gestão do património mais relevante para as comunidades locais.

Capítulo III. Custódia Tradicional do Património Arqueológico na província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica, 1943-2005.

A gestão tradicional das pinturas rupestres no distrito de Manica, é levada a cabo pelas comunidades locais através de um conjunto complexo de crenças, conhecimentos e práticas sociais relacionadas com a natureza e com o universo, ou seja: através do seu *património intangível*. Regra geral, este património intangível manifesta-se em qualquer lugar, contemplando elementos naturais como montanhas, florestas, lagoas, charcos, cavernas, até mesmo estruturas feitas pelo homem, como é o caso das pinturas rupestres (Katsamudanga, 2003:5-6; Maradze, 2003:1).

Em Moçambique alguns elementos naturais como formações geológicas e áreas que constituam o habitat de espécie de animais e plantas de grande valor sob o ponto de vista da ciência ou de conservação da natureza (reservas e parques), são classificados como *bens culturais imóveis*, estando por isso protegidos ao abrigo da Lei 10/88 de 22 de Dezembro (Lei nº 10/88,1988:14-15).

As pinturas rupestres do distrito de Manica estão, de um modo geral, intimamente relacionadas com um aparato ideológico das comunidades locais (Saetersdal, 2004:212-216; Simbine, 2006:7-9). Por conseguinte, a necessidade de compreender os mecanismos tradicionais pelos quais estas comunidades têm gerido as pinturas rupestres, ao longo dos anos, impõe uma análise dos conjuntos complexos de valores e crenças que fazem parte do modo de vida destas comunidades Shona de Manica. É neste contexto que se pretende analisar:

- a. O significado da paisagem natural para as comunidades e a sua relação com o mundo dos espíritos ancestrais;
- b. As práticas sociais (ritos) ligadas à actividade agrícola;
- c. O papel da autoridade tradicional na gestão dos recursos culturais.

1. A Paisagem Natural e os Espíritos Ancestrais

Parte da vida religiosa dos falantes de Shona em Manica está intimamente relacionada com a paisagem natural e com as crenças em espíritos ancestrais. Na hierarquia dos espíritos ancestrais Shona, tem-se em primeiro plano o *Mwari*, suprema divindade Shona, criador da terra e dos homens. Este espírito controla a fertilidade da terra, é o suporte das leis e costumes tradicionais, fornece chuva nos tempos de seca e adverte a nação para os tempos de crise (Rita-Ferreira, 1958:44; Rasmussen e Robert, 1990:204; Munyaradzi, 2003:3; Saetersdal, 2004:180).

Em seguida, aparece o espírito de um chefe já falecido – *Mhondoro* – que está intimamente relacionado com o território que o mesmo governara, durante a vida (Beach, 1980:114; Saetersdal, 2004:181). Por último tem-se o *Midzimu*, espírito da pessoa ancestral que protege os membros da respectiva família dos infortúnios, sendo normalmente invocado durante as cerimónias familiares e individuais (Beach, 1980:92; Rita-Ferreira, 1958:44; Saetersdal, 2004:182-183).

Na crença local, estes espíritos vivem na terra assim como na água. Por isso, alguns locais do meio natural como é o caso de riachos, lagoas, nascentes, abrigos rochosos no topo dos montes (alguns com pinturas rupestres), árvores gigantescas, alguns arvoredos e florestas, são entendidos como locais com grande poder espiritual (Artur, 2003:27). Alguns destes elementos naturais são tidos como símbolos da presença dos antepassados na terra (lugar dos antepassados), sendo a partir deles que as comunidades (às vezes por intermédio dos *médiums* espirituais) interagem com o mundo dos ancestrais (Saetersdal, 2004:193-194). Nesse sentido, a crença nos espíritos ancestrais, tidos como legítimos donos da terra e de todos os recursos, influencia sobremaneira o comportamento das comunidades presentes.

Nas comunidades de Manica, assim como em outros pontos de Moçambique, algumas árvores são usadas como locais para rezar ou realizar pequenas cerimónias que consistem muita das

vezes em depositar no chão uma pequena quantidade de tabaco e jorrar bebida de fabrico local em jeito de oferenda aos espíritos (Ekblom, 2004:43-45; Macamo, 2003a:19). Inclusivamente, algumas florestas são consideradas, sob o ponto de vista religioso, sagradas pelo facto de serem um lugar preferencial dos antepassados, por terem sido outrora usadas como cemitérios (Saetersdal, 2004:189; Artur,2003:37). De modo semelhante, o facto de que algumas cavernas e abrigos rochosos profundos foram normalmente usados como cemitérios dos antigos chefes locais, faz com que estes locais sejam também pontos de interacção entre o mundo dos vivos e o dos ancestrais¹⁷ (Saetersdal, 2004:190).

Devido a multiplicidade de valores emanados da paisagem natural, parte considerável da vida das comunidades Shona de Manica, rege-se por comportamentos que estão em consonância com as leis e costumes locais, sob pena dos espíritos almadiçoarem a comunidade (Katsamudanga, 2003:6). Assim, é extremamente importante para as comunidades locais realizarem periodicamente cerimónias para apaziguar os espíritos pelas faltas cometidas e rogar pelo bem estar social.¹⁸ Este sentimento é igualmente expresso por uma outra estrutura local, segundo a qual “as cerimónias são para satisfazer os desejos dos espíritos dos nossos antepassados porque estes alertam sobre a situação dos animais, sobre as guerras, etc”.¹⁹

Pela tradição oral, conhecem-se na área de estudo alguns locais considerados sagrados, nomeadamente:

- a. *Madzimbabwe*²⁰ - cercado de pedra de meia altura, localizado na localidade de Chinhambudzi, onde foram enterrados alguns líderes tradicionais;
- b. *Pandzai* - um reservatório ou fonte de água localizado no topo de um dos montes da Serra Vumba, na localidade de Chinhambudzi (Bannerman, 1993:88-89);

¹⁷ Entrevista com David Franque, Manica, 30 de Janeiro de 2006.

¹⁸ Entrevista com a costureira Mbuya Gondo, Manica, 30 de Janeiro de 2006.

¹⁹ Entrevista com José Derembue, Jécua, 28 de Janeiro de 2006.

²⁰ Embora não seja um *amuralhado* conhecido grosso modo pelo estilo arquitectónico “*Grande Zimbabwe*”, o lugar é localmente designado “*madzimbabwe*” que significa casas de pedra na em língua Shona.

- c. *Monte Chibvuma* - nas imediações da aldeia Vista Alegre, onde jazem os restos mortais dos *Madzuites*²¹, local onde se realizam cerimónias de prece de chuva na área de Jécua.²² Igualmente sagrados são os montes Guindingue e Chinhamapere que por constituírem objecto de estudo, merecem especial destaque.

Na parte relativamente alta do Monte Guindingue (na área de Chindhambudzi) encontra-se uma caverna denominada Mocoundhiwa, onde existem pinturas rupestres. O lugar é igualmente parte integrante dos rituais de pedido de chuva localmente designados *Kudhira Nvura* (Macamo e Saetersdal, 2004:194; Simbine, 2003:11). O respeito que o monte emana está patente nas várias esferas da vida comunitária. Sabe-se, por exemplo, pela tradição oral que desde muito tempo para se realizar a actividade de caça, o costume local impõe que se façam todas as necessidades fisiológicas antes de se subir o monte. Já na montanha, antes de iniciar a caça deve-se colocar tabaco debaixo de uma árvore e sentados bater-se ritmicamente as palmas dizendo: “somos nós vossos filhos, viemos aqui porque estamos à procura de caril”.²³ Só depois desta demonstração de respeito pelos “donos da terra” é que se pode realizar a caça.

Mais conhecido na cidade de Manica é o Monte Chinhamapere (localizado nos arredores da cidade de Manica), que apresenta na sua parte mais alta largos pedregulhos em redor do principal painel com pinturas rupestres, circundado por uma vegetação densa e com imponentes árvores no seu cume. Localmente o termo Chinhamapere significa “o monte da lepra” ou “lugar dos leprosos”, pelo facto da colina ter sido usada como uma colónia para leprosos (Saetersdal, 2004:22-24).

A sacralidade de Chinhamapere, deriva da crença local de que o lugar fora usado como centro de cura para os que sofriam da doença e por existirem, igualmente no local, pinturas rupestres

²¹ O termo é uma das variantes do nome Shona *Dzviti* usada para designar os invasores que se moviam no contexto do Mfecane, referindo-se de uma forma geral aos Ndebele e Ngunis (Rasmussen & Robert, 1990:87).

²² Entrevistas com Mambo Chirara, Manica, 27 de Janeiro de 2006; José Derembue, Jécua, 28 de Janeiro de 2006 e David Franque, Manica, 30 de Janeiro de 2006.

²³ Entrevista com Samuthanda Bandula, Guindingue, 1 de Fevereiro de 2006.

cujos autores se desconhece (Macamo e Saetersdal, 2004:194). A sacralidade do lugar foi notável quando no ano de 2002, num cenário de acentuada desflorestação por todo o monte, ainda assim, a floresta no topo da colina apresentava-se imponente (PPAGPCM, 2003:5-6). O local está igualmente integrado nas cerimónias cíclicas de pedido de chuva também designadas localmente *kudhira nvura* (Simbine, 2003:12).

Conclui-se, portanto, que todo este aparato ideológico, marcado pela multiplicidade de valores atribuídos à paisagem natural, faz com que o uso e a gestão dos recursos naturais esteja revestido de atitudes, ou seja de um “conjunto organizado de sentimentos e crenças que influenciam o comportamento individual” (Ricardo, 1999:68). Por conseguinte, o respeito e sobretudo o medo que emanam as pequenas florestas, os rochedos com pinturas rupestres em montes como Chinhamapere e Guindingue, são acima de tudo a exploração das comunidades locais do respeito aos espíritos ancestrais que lá repousam e que na sua essência, garantem o equilíbrio social e material da vida das comunidades locais (Artur, 2003:37).

O facto de, segundo a tradição local, ser sempre necessária uma pequena cerimónia pedindo permissão aos espíritos ancestrais, antes de se entrar em cavernas ou abrigos profundos existentes nestes montes, é mais um comprovativo da influência da crença em espíritos ancestrais no modo de vida das comunidades presentes (Saetersdal, 2004:197-202). É portanto, no eixo destas relações sacralizadas entre as comunidades locais e a paisagem natural que se pode situar a *custódia tradicional* destas comunidades em relação às estações com pinturas rupestres, fazendo com que as mesmas sobrevivam intactas, no concernente a danos causados deliberadamente pelo homem, ao longo de vários anos.

2. Rituais ligados à prática agrícola: *Kudhira Nvura*

Como se disse no capítulo 2, a agricultura constitui, no cômputo geral, a fonte de subsistência das comunidades rurais em Moçambique. A extrema dependência da queda regular das chuvas, constitui apanágio do modo de produção agrícola praticado pela maioria da população do meio rural. Para estas comunidades, é crucial o uso de mecanismos tradicionais centenários com vista ao controle e garante da queda regular de chuvas que são, em última instância, o garante do bem estar social. É neste contexto sócio-natural que estas comunidades realizam *ritos*²⁴ ou cerimónias pedindo chuva aos deuses, por intermédio da invocação dos espíritos ancestrais (Artur, 2003:34; Simbine, 2002:210-211).

Os rituais cíclicos de pedido de chuva, têm uma longa tradição entre as sociedades falantes do Shona, quer residentes em Manica ou no Zimbabwe. Estas cerimónias realizam-se no período do ano em que inicia a sementeira (logo após o início da época chuvosa), sendo dirigidas aos espíritos. Por essa razão, as cerimónias realizam-se nos lugares tidos como sagrados para as comunidades locais (Saetersdal, 2004:189-192). Na área em estudo, existem duas estações com pinturas rupestres que são parte integrante dos rituais de pedido de chuva, nomeadamente, Chinhamapere e Moucoundihwa²⁵ (Simbine,2006:11; Saetersdal, 2004:192).

De acordo com os testemunhos locais, desde há muitos anos que o *kudhira nvura* (na área de Chinhamapere) se realiza no início da época chuvosa, geralmente o mês de Outubro. Para tal, faz-se uma contribuição comunitária em que cada família dá uma pequena parte dos produtos necessários entregando-os ao *Samutandha* (chefe de povoação). Os produtos, juntamente com as senhoras que já atingiram a menopausa, previamente seleccionadas, são levados pelo

²⁴ Definido como um tipo de cerimónia pela qual à maneira de agir, aos gestos e símbolos usados se atribuem virtudes ou poderes inerentes, susceptíveis de produzir determinados efeitos ou resultados.

²⁵ Entrevistas com a costureira Mbuya Gondo, Manica, 30 de Janeiro de 2006.

Samutandha para a casa da oficiante da cerimónia (Mbuya Gondo).²⁶ Neste lugar, o milho é posto de molho até iniciar o processo de fermentação, quando é tirado da água e exposto ao sol para secar. Posteriormente, todos os contribuintes são chamados para moer o milho transformando-o em farinha que servirá para confeccionar a bebida (*dhoró*) e cozinhar-se a massa (*sadza*).²⁷

Os elementos iniciados na vida sagrada da comunidade, comem, bebem e dançam. Chegada a altura, os espíritos ancestrais são invocados pela oficiante do ritual, enquanto os demais participantes batem ritmicamente as palmas (Figura 15). No estágio final da cerimónia, um grupo restrito liderado por Mbuya Gondo dirige-se ao monte Chinhamapere onde são depositadas as bilhas de bebidas, em frente à principal estação, onde se invocam os espíritos ancestrais, regressando-se posteriormente ao local de concentração, onde prossegue a celebração (Figura 16). Em alguns casos, quando é necessária um época muito chuvosa para fazer face à períodos muito secos, a bebida é depositada directamente nos túmulos dos ancestrais.²⁸

Na área de Guindingue o processo ocorre de modo similar. Depois de se preparar a bebida chama-se o *Sabuku* (chefe do grupo de povoações) e o *Muya* (um dos netos do Mambo) que pode ser substituído pelo Samutandha da zona caso não esteja disponível. O *dhoró* é levado pelas senhoras que atingiram a menopausa para o local previamente escolhido e os demais participantes vão entoando cânticos específicos. Aí os participantes comem a massa de milho e o caril de *Mussoni*, bebem e dançam ao som de batuques. Por último, levam-se potes de bebida para um lugar especial nas montanhas e tapa-se com *ndiro* (prato de madeira).²⁹

²⁶ Mbuya Gondo com cerca de 80 anos de idade é a *Swikiro* (“médium” espiritual) da região de Chinhamapere e também médica tradicional (curandeira) certificada pela Zimbabwean National Traditional Healers Association desde 1981.

²⁷ Entrevistas com a costureira Mbuya Gondo, Manica, 30 de Janeiro de 2006; David Franque, Manica, 30 de Janeiro de 2006.

²⁸ Entrevista com José Derembue, Jécua, 28 de Janeiro de 2006; costureira Mbuya Gondo, Manica, 30 de Janeiro de 2006.

²⁹ Entrevista com Mambo Chirara, Manica, 27 de Janeiro de 2006.

Relativamente à importância desta prática social para as comunidades locais de Manica, as diferentes fontes consultadas apresentam pontos de vista similares. Segundo uma autoridade local: “Isso é para a protecção do povo da zona contra os males como secas, cheias, pragas de macacos e outros”.³⁰ Visão semelhante é apresentada por alguns autores, ao afirmarem que “os ritos praticados nessas estações são muito importantes para a manutenção da ordem social (...) controlam a chuva, a colheita, a saúde e a sorte. Sem o rito, a sociedade é posta em risco” (Macamo e Saetersdal, 2004:196). Por este prisma, depreende-se que estas práticas sociais são, para as comunidades que as praticam, autênticos instrumentos de manutenção do bem estar social da comunidade.

Grande parte do ritual de invocação de chuvas realizados pelas comunidades locais de Manica, decorre no sopé dos respectivos montes. No entanto, no estágio final dos ritos os anciãos (oficiantes do culto) apresentam a bebida aos ancestrais, através da colocação de um pequeno pote em frente ao painel com pinturas rupestres. Depreende-se que tal atitude das comunidades locais, deve-se ao facto de considerarem as imagens pintadas na rocha, autênticos símbolos da presença dos antepassados que, apesar de fazerem parte de um passado distante, ainda jazem no local (Saetersdal, 2004:189-194).

Estas cerimónias que envolvem as estações arqueológicas de Chinhamapere e Moucondhiwa, para além da sua grande importância para o bem estar social, constituem mecanismos para expressar, transmitir e até certo ponto *'perpetuar'* elementos de sistema de valores da comunidade (Silva, 1986:169). É no contexto da importância destas cerimónias para as comunidades locais que se transmitem valores como o respeito pelos locais sagrados e consequentemente pela conservação das estações arqueológicas. O excelente estado de conservação das pinturas rupestres constitui, no distrito de Manica, um dos principais

³⁰ Entrevista com Samuthanda Bandula, Guindingue, 1 de Fevereiro de 2006.

comprobativos do exercício de *custódia tradicional* das estações arqueológicas feitas pelas comunidades locais.

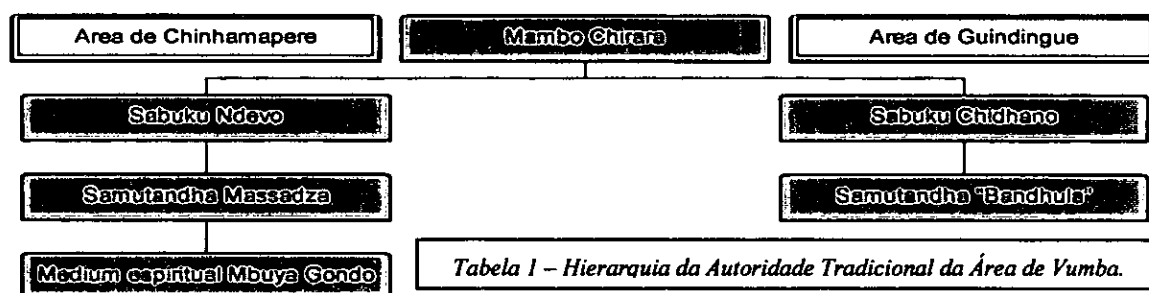
As estações de Chinhamapere, Moucondhiwa e até certa medida as demais existentes nos respectivos montes, assim como os túmulos dos ancestrais, gozam do respeito comunitário não pelo facto de serem estações arqueológicas com pinturas rupestres ou como bens físicos tangíveis, mas sobretudo por estarem inseridas no contexto de práticas sociais importantes para as comunidades locais. Este respeito pelos locais é também demonstrado por uma curta cerimónia, na qual todos os que pretendem visitar a estação sentam-se e batem ritmicamente as palmas em sinal de respeito pelos ancestrais.³¹ Esta cerimónia antecede qualquer visita às referidas estações arqueológicas (Saetersdal, 2004: 189-202).

3. O Papel da Autoridade Tradicional na Gestão de Recursos Culturais

No presente trabalho, entende-se por *autoridade tradicional* a capacidade de impor e influir sobre outras pessoas, baseada fundamentalmente na legitimidade comunitária e nas leis consuetudinárias (Dava et. al., 2003:6). Nas áreas em estudo no distrito de Manica, fazem parte da autoridade tradicional:

- a. Os indivíduos que ostentam o poder político tradicional local como é o caso do supremo chefe tradicional (*Mambo*), os chefes de grupos de povoações (*Sabukos*) e os chefes de povoações (*Samutandhas*);
- b. Os indivíduos que possuem poder espiritual (médium espiritual, médicos tradicionais ou curandeiros) ou oficiantes do culto das chuvas;
- c. Os indivíduos que trabalham com mecanismos de controle social e que até certa medida controlam a transmissão e perpetuação dos valores culturais, gozando de certo prestígio social, como é o caso dos anciãos e juizes comunitários (Ricardo, 1999:42).

³¹ Entrevista com David Franque, Manica, 30 de Janeiro de 2006.



A estrutura política tradicional liderada pelo Mambo, coadjuvado pelos demais Chefes Tradicionais, simboliza a comunidade a vários níveis. O Mambo cuja extensão de terra da sua jurisdição recebe o seu nome, é o responsável por todo o território incluindo pessoas, rios, plantas animais, crenças, normas, etc.³² Em suma, a estrutura política tradicional é responsável pela gestão dos recursos, transmissão e controle dos *usos e costumes*,³³ por parte dos membros da comunidade (Artur, 2003:15-21).

Por este prisma, facilmente se depreende que desde a era pré-colonial, os chefes tradicionais são, aos olhos da comunidade, autoridade suprema a nível político e religioso (Lundin, 1998:62-64). Pela sua capacidade de resolver conflitos, procurar consensos e estabelecer a comunicação com os antepassados de vivências antigas, a autoridade tradicional goza de grande legitimidade no seio das comunidades (Mbilana, 1997:68;76). Nesse sentido, à semelhança das demais chefaturas e reinos dos actuais territórios de Moçambique e Zimbabwe, no reino Bvumba (Manica) já na era pré-colonial a autoridade tradicional garantia o respeito e a sobrevivência dos locais com significado cultural, através de um complexo sistema que incluía tabus, cerimónias, etc (Maradze, 2003:1; Bannerman,1993:93-95; Katsamudanga, 2003:15).

Com o início da colonização em Moçambique, em Manica através da CM em 1892, a chefatura local ficou subordinada à um Estado central ao nível mais baixo da hierarquia administrativa.

³² A área que vai da fronteira com o Zimbabwe no Posto Administrativo de Machipanda até ao rio Zónue, cujo Mambo é Chirara, é localmente designada e conhecida por *Kwa-Chirara* (terra de Chirara).

³³ Os *usos* são considerados práticas sociais que se repetem num determinado grupo social, sendo que o mesmo se transforma em *costume* quando assume um carácter mais rotineiro (Dava, 1997:7).

A autoridade tradicional foi formalizada sob a designação de *régulos*,³⁴ recebendo novas funções como a colecta de impostos e o recrutamento da força de trabalho (Alexander, 1994:37). No entanto, mesmo no contexto da subsequente maior instrumentalização desta autoridade em benefício do colonialismo, o Estado colonial nunca tencionou de facto eliminar a cultura e nem a estrutura tradicional africana (Saetersdal, 2004:232).

A Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) de 1933 é um comprovativo do posicionamento do poder colonial, ao defender que os chefes “gentílicos” deveriam desempenhar as funções incumbidas, respeitando tanto quanto possível os usos, costumes ou tradições indígenas que não contrariassem as disposições legais em vigor (Ricardo, 1999:38. Dava, 1997:5). Por conseguinte, todos os *dispositivos legais*³⁵ promulgados posteriormente, visaram revitalizar a estrutura tradicional e reconhecer os usos e costumes locais (Ricardo, 1999:39; Meneses et. al., 2003:345). Depreende-se, portanto, que durante o período colonial, a autoridade tradicional em Manica continuou na essência a desempenhar o seu papel, sobretudo pelo facto desta constituir “a extensão do poder da estrutura colonial, sobretudo nas área mais remotas onde as instituições administrativas coloniais não tinham sido implantadas” (Meneses et. al., 2003:349).

Com a independência nacional, a direcção da nova estrutura político-administrativa da Frelimo, fortemente influenciada pela orientação ideológica socialista, desencadeou inúmeras acções, visando o “escangalhamento” das estruturas coloniais e criação do “Homem Novo” (Dava et. al., 2003:10). Neste contexto, a autoridade tradicional colidia com o projecto do novo governo quer como representantes do “obscurantismo” rural, quer como colaboradores das autoridades coloniais (Alexander, 1994:37; Meneses et. al., 2003:351). Houve, portanto, uma

³⁴ O termo *régulo* passou a designar oficialmente todos os indivíduos indicados pelo governo colonial para dirigirem as comunidades rurais, independentemente da sua legitimidade, por parte destas comunidades.

³⁵ A Portaria Provincial n.º 5639, de 29 de Julho de 1944 que atribui aos régulos o estatuto de auxiliares da administração; Decreto-lei n.º 39666 de 20 de Maio de 1954 que promulga o Estatuto dos Indígenas portugueses nas províncias de Guiné, Angola e Moçambique; Decreto n.º 43 de 6 de Junho de 1961 que reconhece os usos e costumes locais, regulados pelas relações jurídicas privadas, quer os já compilados, quer os não compilados vigentes nas regedorias (Ricardo, 1999:38-39; Meneses et. al., 2003:345-349).

marginalização dos chefes tradicionais da estrutura política administrativa elaborada pelo novo governo no pós-independência e a nomeação de Secretários dos Grupos Dinamizadores para os substituírem³⁶ (Mbilana, 1997:68). Estas medidas estavam também em conformidade com a necessidade da criação de uma nova forma de governação e disseminação de uma ideologia contrária ao colonialismo, num país acabado de alcançar a sua independência (Macamo, 2005:232-233).

No quadro desta postura do Estado, certas manifestações sócio-culturais como as cerimónias de pedido de chuvas, foram consideradas práticas obscurantistas e por isso desencorajadas. Decorrente disso, muitas comunidades passaram a encarar e conceber fenómenos como secas, fomes, cheias e sobretudo a guerra, como resultado da revolta dos espíritos dos antepassados por considerarem desordeiro o novo sistema político imposto (Dava et. al., 2003:10). Cenário semelhante, em que a crise dos valores tradicionais é descrita como causa da impotência das comunidades perante situações de desastres naturais, é descrito por Ekblom (2004:54-57), na sua análise das mudanças sócio-naturais na localidade de Chibuene, no distrito de Vilankulo, na província de Inhambane.

A criação das *aldeias comunais*, a partir de 1976/77 contribuiu, à par das prolongadas secas, para as cíclicas crises de fome que afectaram as comunidades de Manica.³⁷ À este cenário de miséria, adicionava-se a incapacidade dos novos chefes (secretários dos bairros e grupos dinamizadores) de resolver os problemas sociais que se apresentavam, muito por falta de uma identidade comum com as comunidades locais. Nesse sentido, as novas autoridades nomeadas pelo Estado, foram incapazes de fazer desaparecer a legitimidade do papel da autoridade tradicional como portadora de conhecimentos sobre a tradição local e orientador dos membros das respectivas comunidades (Mbilana, 1997:76; Meneses et. al., 2003:353).

³⁶ O Regulado (território linhageiro sob chefia de uma linhagem principal) passa a ser liderado pelo Grupo Dinamizador com um secretário político; o Grupo de Povoação, passa a ser quarteirão, com um responsável político; e a Povoação passa a designar-se "dez casas" com um responsável político. (Lundin, 1998:75-76).

³⁷ Entrevista com Mambo Chirara, Manica, 27 de Janeiro de 2006.

Posteriormente, por força do Decreto 15/2000 de 20 de Junho, iniciou em 2001 um processo de reconhecimento da autoridade tradicional, por parte do Estado, sob a designação de *autoridades comunitárias*, referindo-se à todos os chefes tradicionais, secretários de bairro ou aldeias e outros líderes legitimados como tal, pelas respectivas comunidades locais (Dava et. al., 2003a:6). Importa frisar que os chefes tradicionais, mesmo sem reconhecimento das autoridades administrativas, sempre foram, aos olhos das comunidades, legítimas autoridades. Tanto no período socialista em que esta autoridade fora marginalizada, tanto no contexto actual, a legitimação dos chefes tradicionais no seio das comunidades onde estes se mantiveram, sempre seguiu as regras localmente estabelecidas (Simbine, 2003:10).

Ao longo de todo o percurso histórico acima descrito, a autoridade tradicional de Manica sempre gozou e continua a gozar de um prestígio muito grande no seio das comunidades locais, não deixando de exercer o seu papel de guardiã das tradições. Por isso, a imponente estrutura político-cultural existente em Manica (Mambo, Sabukos, Samuthandas, Swikiros, etc.) representa, até certa medida, a prova da sobrevivência dos sistemas tradicionais de gestão dos locais com significado cultural, ao longo do complexo percurso histórico trilhado por Moçambique.

No caso vertente de Chinhamapere, a gestão e controle da estação são assegurados pela costumeira Mbuya Gondo que exerce o papel de “*guardiã do património*” (PPAGPCM, 2003:7). Mbuya Gondo, pelo facto de ser Swikiro (*médium* espiritual) da região, ser reconhecida como médica tradicional (curandeira) e ser a oficiante das cerimónias de prece de chuva na área, goza de um prestígio invulgar no seio da comunidade local. Tal situação é facilmente comprovada ao se verificar que apesar de Mbuya Gondo estar, ao nível da hierarquia tradicional, abaixo do Sabuku Ndevo e Samutandha Massadza, ser ela quem, aos olhos das comunidades locais, representa o Mambo Chirara no seu dever de controlar as actividades e normas de conduta das comunidades locais em relação aos locais sagrados. É também nesta base que a estação de Chinhamapere beneficia da *custódia* comunitária.

Todos os interessados em visitar a estação de Chinhamapere são encaminhados à Mbuya Gondo. Ela é a autoridade habilitada para interceder junto dos espíritos ancestrais, realizando, para tal, um pequeno ritual na estação. Ela pede permissão aos espíritos para que se possa escalar a montanha e se observem as pinturas rupestres. No entanto, esta autoridade local que conta actualmente com de cerca de 80 anos de idade, nem sempre está disponível a acompanhar os visitantes. Em adição a isso, está o facto de serem necessários aproximadamente 40 minutos de caminhada para se chegar à principal estação no topo do monte. Assim, em alguns casos os visitantes são acompanhados por um membro da comunidade que é indicado por esta *guardiã do património* (Figura 17).

A interpretação de Mbuya Gongo sobre as pinturas de Chinhamapere, revela um sentimento de identidade e uma constante tentativa de reivindicar para a comunidade e sobretudo para si essa herança estampada nas rochas (Saetersdal, 2004:215-216; Simbine, 2006:13-14). De facto, apesar de não estar formalmente estipulado pelo Ministérios de Educação e Cultura qualquer importância monetária a pagar por cada visita à estação, Mbuya Gondo exige que o visitante deposite uma oferenda material. O gesto representa, segundo esta costumeira, um sinal de respeito pelos espíritos ancestrais, os responsáveis pelas pinturas estampadas na rocha. No final, todos bens, incluindo dinheiro e víveres, entregues pelos visitantes à costumeira local, são por esta apropriados em jeito de recompensa pelo papel que desempenha.

O termo *tradição* é aqui entendido como sendo tudo o que é transmitido do passado para o presente ou de uma geração para a geração seguinte. Essa transmissão de ideias e práticas é feita através de uma contínua apropriação e reinterpretação³⁸ de bens e valores dos antepassados por parte das sociedades presentes (Artur, 2003:12). Nesse sentido, pode-se então postular que o sentimento de identidade e continuidade em relação à herança deixada pelos ancestrais, como é o caso das pinturas rupestres do distrito de Minica, sempre esteve presente no seio das comunidades locais (Munyaradzi, 2003:3).

³⁸ O modo como a reinterpretação é feita encorpora permanentemente novos elementos pois, cada geração faz a sua reinterpretação que é fortemente influenciada também pela conjuntura sócio-económica e político-ideológica.

As imagens de alguns painéis com pinturas rupestres presentes nas estações, encontram-se também reproduzidas nas paredes de vários bares e restaurantes assim com nas lojas de artesanato (Macamo e Saetersdal, 2004:196). É portanto notória, até certo ponto, a grande importância que os membros comunitários atribuem à algumas estações com pinturas rupestres, dado o papel que as mesmas desempenham na relação destas comunidades com os seus ancestrais.

Como se disse no capítulo 2, as pinturas rupestres de Chinhamapere são atribuídas às comunidades San e datadas de pelo menos três mil anos atrás. A estação de Moucondhiwa apresenta figuras da arte San e das comunidades Bantu, sendo datada de um período pré-histórico mais recente em relação à Chinhamapere. Apesar da longevidade destas estações e do seu uso em períodos mais remotos da história das comunidades de Manica, actualmente os mesmos locais são usados pelas comunidades Shona de Manica como importantes locais de culto, no contexto das suas práticas sociais correntes. Este facto, constitui igualmente um dos indicadores da existência deste sentimento de identidade e continuidade de tradições por parte das comunidades locais em relação às pinturas.

Pela análise dos variados significados da paisagem natural para as comunidades locais; de algumas das principais práticas sociais, bem como o papel exercido pela autoridade tradicional, conclui-se que a *custódia tradicional* das estações dos montes Chinhamapere e Guindingue, assenta num amplo e complexo sistema de crenças, ritos, leis consuetudinárias que impõem o respeito pela terra como elemento da natureza e pelos ancestrais por parte das comunidades viventes.

Neste contexto, tanto Chinhamapere assim como Moucondhiwa, mais do que estações arqueológicas, de acordo com a visão dos académicos e arqueólogos, são sobretudo locais de grande significado cultural para as comunidades locais. Tal significado, deriva não só do facto destas estações arqueológicas estarem integradas num complexo contexto de crenças e práticas sociais locais, mas também por se inserirem numa paisagem natural emanada de múltiplos significados espirituais.

Capítulo IV - O Papel dos Sistemas Tradicionais no contexto dos Métodos *Modernos* de Gestão do Património Cultural em Moçambique

Tem sido notório nos tempos que correm, a nível da África Austral, que muitas comunidades sempre cuidaram dos locais culturalmente importantes para si, baseados num sistema de valores e mecanismos sociais restritivos (Ngoro, 2001:8). De facto, em várias comunidades onde as pessoas têm um sentimento de pertença, existe uma ligação tradicional à terra ou relações de tradições conectadas às estações arqueológicas. Nestes casos, as estações recebem uma protecção e cuidados por parte das comunidades e os actos de vandalismo ou negligência são raros (Ngoro e Pwiti, 2005:211).


O sucesso dos sistemas tradicionais de gestão nas áreas rurais, nos locais onde estes funcionam, é demonstrado pela contínua existência de estações com pinturas rupestres em excelente estado de conservação, apesar da não intervenção dos gestores *profissionais* (Katsamudanga, 2003:15). Os exemplos das estações analisadas no distrito de Manica são um comprovativo de tal situação, visto que as estações usadas com propósitos ritualísticos apresentam-se, no que concerne à interferência da acção humana, em excelente estado de preservação (Saetersdal, 2004:233).

Não se pretende apelar à exclusão das técnicas modernas no processo de gestão das pinturas rupestres no distrito de Manica, mas sim à *complementaridade* entre os dois sistemas de gestão (moderno e tradicional). Este posicionamento, baseia-se no princípio de que as práticas tradicionais das comunidades, no decurso das contínuas transformações sociais a que as mesmas estão sujeitas, incorporam e rejeitam sistematicamente novos elementos. Portanto, os sistemas tradicionais não devem excluir a consideração pelas comunidades de novos elementos a serem incorporados no processo da *custódia* das estações arqueológicas. Por outro lado, a complementaridade entre os dois sistemas deriva igualmente da constatação de que as técnicas

modernas de gestão precisam, sobretudo em África, de integrar cada vez mais os elementos sócio-culturais do meio em que o património se encontra inserido.

Outro aspecto a considerar é a gestão planeada dos recursos culturais existentes e identificados, de modo a prevenir a sua decadência ou destruição por negligência, ignorância ou indiferença (Folorunso, 1996:798). Neste contexto, a *gestão do património* abrange todo o processo que visa cuidar do património cultural (sobretudo tangível) de modo a reter todo o seu significado cultural passado e presente e assegurar o seu futuro (Ndoro, 2001:7). Para o caso de Moçambique, a inclusão dos sistemas tradicionais nos moldes modernos de gestão do património, apresenta inúmeras vantagens para as várias entidades interessadas na gestão, nomeadamente: a Direcção Nacional da Cultura, arqueólogos, investigadores e gestores de recursos culturais.

Contudo, a análise dos sistemas tradicionais de gestão das estações com pinturas rupestres do distrito de Manica, fornece importantes subsídios para a elaboração de uma política de gestão eficaz para esta categoria do património cultural. A inclusão dos sistemas tradicionais nas estratégias modernas de gestão do património permite inverter a 'tradicional' tendência de se conceber estratégias de gestão a partir do topo (métodos pré-concebidos ou universais para a gestão do património) que muitas das vezes acabam entrando em contradição com os conhecimentos e as práticas das comunidades locais (Ndoro, 2001:8-12).



No contexto da actual Política Cultural de Moçambique, a Direcção Nacional da Cultura tem como uma das estratégias de gestão do património, o incentivo às iniciativas de gestão do património a nível local, de modo a tornar essa gestão mais relevante para as comunidades locais (MC/DNPC, 2002:14-16; Macamo, 1996:816; Macamo, 2005a:3). Nesse sentido, o conhecimento das práticas culturais e sociais das comunidades, afigura-se como um suporte indispensável para uma melhor implementação desta estratégia (Resolução nº 12/97, 1997: 6). Para o caso das pinturas rupestres de Manica, é importante analisar os mecanismos através dos

quais as comunidades locais têm cuidado das pinturas rupestres pois, qualquer plano de gestão que almeje ser bem sucedido, deve ter em conta todos os elementos integrantes do sistema tradicional já existente.

Por outro lado, apesar de algumas estações no distrito de Manica estarem emanadas de valores espirituais para as comunidades locais, existem nestas e em outras estações, outros valores (arqueológicos, históricos, estéticos, científicos, económicos, etc.) que devem, de igual modo, ser protegidos (Katsamudanga, 2003:16; PPAGPCM, 2003:2-3). Atendendo ao facto de que a gestão do património arqueológico “não é somente uma prescrição técnica mas também a criação de um diálogo entre arqueólogo e o público em geral” (Ngoro e Pwitti,2005:141), resulta que a disseminação da informação sobre os múltiplos valores embutidos nestas estações arqueológicas, constitui uma das estratégias para uma gestão eficiente das pinturas rupestres. Ademais, sendo as pinturas rupestres um património comum, toda a gente tem direito à informação e conhecimento produzido pelas investigações (Macamo e Saetersdal, 2004:196).

Pela análise da *custódia tradicional* das pinturas rupestres de Manica, verifica-se que a autoridade tradicional ou autoridade comunitária, é a estrutura político-religiosa que pela sua legitimidade orienta e representa as respectivas comunidades locais. Atendendo também ao facto de que em Moçambique, no caso de Manica, as pinturas rupestres se encontram no meio rural, onde a estrutura tradicional assume reconhecida importância, facilmente se depreende que a autoridade tradicional constitui um dos principais parceiros dos gestores não só para a disseminação dos múltiplos valores das estações, mas sobretudo na elaboração e implementação de qualquer plano de gestão.

A adopção de estratégias eficazes para a gestão das pinturas rupestres em Manica, deve também passar necessariamente por uma cada vez maior e melhor inclusão dos sistemas tradicionais nos métodos modernos de gestão do Património Cultural. Este posicionamento enquadra-se, no cômputo geral, nas recomendações dos diversos gestores do património e

académicos para uma estratégia de gestão designada *co-gestão* ou *participação comunitária*³⁹ (Katsamudanga, 2003:34; Taruvinga, 1995:7-8). Esta estratégia, constitui na essência, uma gestão conjunta, onde os conhecimentos sobre técnicas tradicionais e modernas se fundem. Esta estratégia permite, em última análise, um maior entrosamento e complementaridade entre os interesses das entidades gestoras modernas (proteger e divulgar as pinturas rupestres) e os interesses das comunidades locais (conservar as pinturas no contexto da sua inclusão nas actividades sociais correntes).

De facto, a sistemática participação em trabalhos de pesquisa de pinturas rupestres em algumas áreas de Chinhambudzi na província de Manica, Angónia e Macanga na província de Tete, efectuados no âmbito do projecto de *Pesquisa Arqueológica e Gestão do Património Cultural em Moçambique* (2003-2005), permitiu verificar que todas as actividades ligadas à pesquisa arqueológica, foram levadas a cabo em estrita concordância com todos os aspectos relativos às regras e conhecimentos tradicionais das respectivas áreas em estudo. A comunidade esteve sempre representada na equipe de pesquisa em trabalhos de campo, através de um guia local, designado pelas autoridades locais, a fim de zelar pelo cumprimento de todas as normas relativas às tradições da zona.

No cômputo geral, o principal objectivo de qualquer estratégia de gestão, é fazer das pinturas rupestres um recurso cultural e histórico que pode ser documentado e desenvolvido no contexto da educação e do turismo cultural, sem causar danos às estações. É nesta base que a gestão das pinturas rupestres assenta nos princípios da conservação *in situ* que implica a preservação do “lugar” como um “lugar privilegiado”, incluindo os vestígios físicos, o meio ambiente bem como o património intangível (Macamo, 2005:245-246).

³⁹ A *participação comunitária* é entendida como o processo em actores sociais com diferentes poderes e recursos, actuam em instâncias formais ou informais para desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e preocupações das partes envolvidas. O sucesso desta participação é a representatividade dos líderes locais na tomada de decisões, a qual implica motivação, liderança comunitária, meios e vontade de aprender (Duarte, 1999:10).

A estratégia de co-gestão das pinturas rupestres entre a Direcção Nacional da Cultura e as comunidades locais do distrito de Manica, tem de primar pela educação dos vários segmentos sociais das comunidades locais, contemplando também as escolas, bem como o vasto público (turistas, etc.). É necessário que as comunidades, organizadas em comissões ou conselhos de gestão (constituídos pelos mais variados segmentos sociais e estrutura locais),⁴⁰ compreendam sobretudo a importância de valorizar e gerir o património cultural e natural, bem como os benefícios concretos (ganhos financeiros através do desenvolvimento do *turismo cultural*) que podem advir dessa gestão. Por último, é igualmente necessário gerir a informação através de pesquisa, registo de estações e criação de uma base de dados. (Deacon, 1997:30-32).

⁴⁰ Chefes tradicionais, membros das antigas estruturas das FRELIMO (secretário de bairro, grupo dinamizador, etc.), actuais representantes dos partidos políticos (FRELIMO, RENAMO, etc.), representantes dos novos grupos socio-económicos (professores, etc.).

Capítulo V - Conclusão

A análise da forma pela qual as pinturas rupestres no distrito de Manica têm sido tradicionalmente geridas pelas comunidades locais, no período compreendido entre 1943 e 2005, pretende ser uma contribuição para uma mais eficiente resolução dos problemas de conservação cultural. Pretende-se, sobretudo, complementar os métodos modernos com as práticas tradicionais de gestão do património cultural representado pelas pinturas rupestres. Nesse propósito, os primeiros dois capítulos do trabalho ocuparam-se dos aspectos metodológicos, da caracterização da área de estudo e de uma breve resenha sobre a evolução da gestão do património em Moçambique.

A reflexão em torno da *custódia tradicional* das pinturas rupestres no distrito de Manica, assentou na análise sobre três aspectos que caracterizam e determinam o modo de vidas das comunidades Shona de Manica, nomeadamente: (i) o significado da paisagem natural para as comunidades e a sua relação com o mundo dos espíritos ancestrais; (ii) as práticas sociais (ritos) ligadas à actividade agrícola; (iii) o papel da autoridade tradicional na gestão dos recursos culturais. Por conseguinte, constatou-se que:

(i) O aparato ideológico das comunidades de Manica é fortemente marcado pela crença em espíritos ancestrais e outras divindades como o *Mwari*, tidos como legítimos donos da terra e de todos os recursos existentes no seu território. Nesta base, as comunidades locais atribuem múltiplos valores à paisagem natural, onde se encontram igualmente inseridas as estações com pinturas rupestres nos montes Chinhamapere e Guindingue. Por conseguinte, o respeito e o

medo que emanam da paisagem natural, tida como local de repouso dos espíritos ancestrais, faz com que as estações arqueológicas lá inseridas beneficiem da *custódia* (protecção) das comunidades locais.

(ii) Os rituais cíclicos de pedido de chuva, com longa tradição entre as sociedades falantes do Shona, por controlarem a chuva, a colheita, a saúde, são muito importantes para a manutenção da ordem social no seio destas comunidades. Assim, estando algumas estações com pinturas rupestres (estações de Chinhamapere e de Moucoundihwa) integradas numa das fases das práticas sociais locais (ritos de pedido de chuva), gozam da *custódia* das comunidades presentes. Por conseguinte, o respeito comunitário em relação a alguns dos locais com significado cultural, deriva do facto destes constituírem parte integrante destas práticas sociais que são, até certo ponto, imprescindíveis para o bem estar da comunidade.

(iii) A estrutura política tradicional responsável pela gestão dos recursos, transmissão e controle dos usos e costumes por parte dos membros da comunidade sempre existiu e mantém-se na essência até aos dias que correm. Esta estrutura político-cultural existente em Manica (Mambo, Sabukos, Samuthandas, Swikiros, etc.) comprova a sobrevivência dos sistemas tradicionais de gestão dos locais com significado cultural, ao longo dos anos. No caso vertente de Chinhamapere, a gestão e controle da estação é assegurada pela costumeira Mbuya Gondo que exerce o papel de *guardiã do património*.

Constata-se, pela análise destes três aspectos acima descritos, que a *custódia tradicional* das estações dos montes Chinhamapere e Guindingue, assenta num amplo e complexo sistema de

crenças, ritos, leis consuetudinárias que impõem, às comunidades viventes, o respeito pela natureza mas sobretudo pelos espíritos ancestrais.

No cômputo geral, o principal objectivo de qualquer estratégia de gestão discutida nesta dissertação, é fazer das pinturas rupestres um recurso cultural e histórico que pode ser documentado e desenvolvido no contexto da educação e do turismo cultural, sem causar danos às estações. Nesta base, a inclusão dos sistemas tradicionais nas estratégias modernas de gestão do património permite:

- (i) Inverter a tradicional tendência de se conceber estratégias de gestão a partir do topo e tomar como base os conhecimentos e as práticas das comunidades locais;
- (ii) Elaborar um plano de gestão de pinturas rupestres que integre elementos do sistema tradicional de gestão já existente nas comunidades;
- (iii) Desenvolver uma estratégia de gestão conjunta (*co-gestão*) onde os conhecimentos sobre técnicas tradicionais e modernas de gestão se fundem.

No futuro, seriam de desejar estudos semelhantes aplicados a outros exemplos do património cultural, noutras regiões do país. Tais estudos, seriam uma mais valia para uma análise mais profunda da temática da custódia tradicional do património arqueológico em Moçambique.

FONTES

1. FONTES PUBLICADAS

a) Artigos

Adamowicz, L., 1987: "Projecto CIPRIANA 1981-1985 - Contribuição para o conhecimento arqueológico entre os rios Lúrio e Ligonha, província de Nampula", *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 3, pp. 47-144.

Alberto, S., 1951: "A pré-história de Moçambique", *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, 68, pp.115-137.

Avery, G., 1978: "Rock Art Conservation in South Africa", *Conservation of Rock Art*, Sidney: Institute for the Conservation of Cultural Material (ICCM), pp.66-68.

Bannerman, J., 1993: "Bvumba- Estado Pré-Colonial Shona em Manica, na Fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe", *Arquivo*, 13, pp. 81- 98.

Carvalho, A., 1947: "Rock paintings at Mount Chinhamapere Serra Vumba, Macequece", *1st Pan-African Congress on Prehistory*, Nairobi. pp.229-232.

Chaloupka, G., 1978: "Rock Art Deterioration and Conservation in the 'Top End' of the Northern Territory: The setting and causes of rock art deterioration", *Conservation of Rock Art*, Sidney: ICCM, pp.75-80.

Deacon, J., 1993: "Archaeological sites as national monuments in South Africa: A Review of Site Declared since 1936", *South African Historical Journal*, 29, pp. 118-131.

Deacon, J., 1996: "Cultural resources management in South Africa: legislation and practice", Pwiti, G. & Soper, R. (eds), *Aspects of African Archaeology - Papers from The 10th Congress of Pan African Association for Prehistory and Related Studies*, Harare: University of Zimbabwe Publications, pp. 838-845.

Duarte, T., 1979: "Arte rupestre em Moçambique: pinturas de oito mil anos", *Revista Tempo*, 477, Maputo, pp. 54-59.

Duarte, T., 1988: "Arqueologia da Idade do Ferro em Moçambique (1974 a 1988): retrospectiva do trabalho realizado", *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 5, Maputo: DAA/UEM, pp. 57-72.

Duarte, M. & Duarte, T., 1988: "Arte rupestre em Moçambique: sobre cinco dos mais belos painéis", *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 5, Maputo: DAA/UEM, pp. 75-77.

Duarte, T., 1992: "A Importância dos Estudos Sobre Património Cultural e Diversidade Cultural", *LEBA*, 7, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp.37-40.

Folorunso, C., 1996: "The place of archaeology in heritage management in Africa: the case of Nigeria", Pwiti, G. & Soper, R. (eds), *Aspects of African Archaeology - Papers from The 10th Congress of Pan African Association for Prehistory and Related Studies*, Harare: University of Zimbabwe Publications, pp. 795- 799.

Guerreiro, V., 1965: "Pinturas rupestres de Manica", *Geographica*, 1 (2), Lisboa: Sociedade Geográfica de Lisboa, pp.82-94.

Katsamudanga, S., "The Dilemma of Preserving Intangible Heritage in Zimbabwe", comunicação apresentada na 14th General Assembly and Scientific Symposium of ICOMOS - Place, memory and meaning: presenting intangible values in Monuments and sites. Victoria Falls, 27 a 31 de Outubro de 2003, in <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003>, 28 de Fevereiro de 2006.

Lundin, I., 1998: "Relatório do trabalho de campo realizado nas províncias de Sofala e Manica no âmbito do projecto 'A Autoridade Tradicional e as suas bases de legitimidade'", Lundin, I. & Machava, F. (eds.), *Autoridade e Poder Tradicional*, Maputo: Ministério da Administração Estatal/Núcleo de Desenvolvimento Administrativo. Vol. 2, pp.37-93.

Liesegang, G., 1975: "Aspects of Gaza Nguni History 1821-1897", *Rhodesian History*, 6, pp.1-14.

Maradze, J., "Back to the Old School? Revival of Traditional Management Systems in Zimbabwe", comunicação apresentada na 14th General Assembly and Scientific Symposium of ICOMOS - Place, memory and meaning: presenting intangible values in Monuments and sites, Victoria Falls, 27 a 31 de Outubro de 2003, in <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003>, 28 de Fevereiro de 2006.

Macamo, S., 1996: "The Problems of Conservation on Archaeological Sites in Mozambique", Pwiti, G. & Soper, R. (eds), *Aspects of African Archaeology - Papers from The 10th Congress of Pan African Association for Prehistory and Related Studies*, Harare: University of Zimbabwe Publications, pp. 813-816.

Macamo, S. & Saetersdal, T., 2004: "Archaeology and Cultural Heritage Management in Mozambique – Some experiences made and some future challenges", Oestigaard, T. et. al. (eds), *BAR International Series*, 1210. pp.189-200.

Meneses, P. et. al., 2003: "As autoridades tradicionais no contexto do pluralismo jurídico", Santos, B. & Trindade, J. (orgs.), *Conflito e Transformação Social: uma paisagem da justiça em Moçambique*, Porto: Afrontamento. pp.341-417.

Munyaradzi, M., "Intangible Cultural Heritage and the Employment of Local Communities: Manyanga (Ntaba zi ka Mambo) revisited", comunicação apresentada na 14th General Assembly and Scientific Symposium of ICOMOS - Place, memory and meaning: presenting intangible values in Monuments and sites, Victoria Falls, 27 a 31 de Outubro de 2003, in <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003>, 28 de Fevereiro de 2006.

Ndoro, W. & Pwiti, G., 1999: "The legacy of colonialism: perception of cultural heritage in Southern Africa with specific reference to Zimbabwe", *African Archaeology Review*, 16 (3), pp. 143-153.

Ndoro, W. & Pwiti, G., 2005: "Heritage management in southern Africa: Local, national and international discourse", Corsane G. (ed), *Heritage, Museums and Galleries*. London/New York: Routledge, pp.141-214.

Oliveira, O., 1971: "A arte rupestre em Moçambique", *Monumenta*, 7, Lourenço Marques, pp.49-72.

Oliveira, O., 1962: "Pinturas rupestres do monte Chinhamapere, contraforte da Serra Vumba, em Manica (Moçambique)", *Caderno de Divulgação Cultural*, 1, Beira, pp.57-63.

Pwiti, G. & Mvenge, G., 1996: "Archaeologists, tourists and rainmakers: problems in the management in rock art sites in Zimbabwe: A case study of Domboshava National Monument", Pwiti, G. & Soper, R. (eds), *Aspects of African Archaeology - Papers from The 10th Congress of Pan African Association for Prehistory and Related Studies*, Harare: University of Zimbabwe Publications, pp.816-822.

Santos Júnior, J., 1940: "A pré-história de Moçambique", *Congresso do Mundo Português*, XIV, Lisboa, pp.449-457.

Santos Júnior, J., 1950: "Carta da Pré-História de Moçambique", *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 4^a Secção (tomo V), Lisboa, pp. 647-656.

Sinclair, P. et. al., 1993: "A perspective on archaeological research in Mozambique, Shaw T. et. al. (eds), *The archaeology of Africa: Food, metals and towns*, London: One World Archaeology, pp.409-431.

Sinclair, P., 2004: "Archaeology and identity: some examples from Southern Africa", Oestigaard, T. et. al. (eds), *Combining the Past and the Present: archaeological perspective on society*, *BAR International Series*, 1210, pp. 171-180.

Smits, L., 1978: "Rock Art Protection and Development", *Conservation of Rock Art*, Sidney: ICCM, pp.99-101.

Sullivan, S., 1978: "Conservation of Aboriginal Art in New South Wales", *Conservation of Rock Art*, Sidney: ICCM, pp.71-74.

UNESCO, 2003: in <http://www.unesco.org.br/areas/cultural/imaterial>, 14 de Setembro de 2005.

UNESCO, 2005: in <http://portal.unesco.org/culture/en/ev.html>, 5 de Novembro de 2005.

Walderhaug Saetersdal, E., 2000. "Ethics, Politics and Practices in rock-art conservation", *Public Archaeology*, 1 (3), pp. 163-180.

b) Legislativas

Decreto nº 27/94, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural, *Boletim da República* nº 29 (I), de 20 de Julho de 1994.

Decreto-lei nº 396, que promulga o Estatuto dos Indígenas portugueses nas províncias de Guiné, Angola e Moçambique, *Diário do Governo* nº 110 (I), de 20 de Maio de 1954.

Diploma Legislativo nº 825, que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique* nº 8 (I), de 20 de Fevereiro de 1943.

Lei nº 10/88, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, *Boletim da República* nº 51 (I), de 22 de Dezembro de 1988.

Resolução nº 12/97, que aprova a Política Cultural e a Estratégia da sua Implementação, *Boletim da República* nº 23 (I), de 10 de Junho de 1997.

c) Monografias

Beach, D., 1980: *The Shona and Zimbabwe: 900 – 1850*, Gweru: Mambo Press.

Dava, F. et. al., 2003: Reconhecimento e Legitimação das Autoridades Comunitárias à Luz do Decreto 15/2000: o caso do grupo etnolinguístico Ndau, *Colecção Embondeiro*, 24, Maputo: ARPAC.

Dava, F. et. al., 2003a: A Participação das Autoridades Comunitárias na Governação Local, *Colecção Embondeiro*, 23, Maputo: ARPAC.

Deacon, J., 1998: *Some Views on Rock Paintings in the Cederberg*, Cape Town: National Monuments Council, p.1-10.

Deacon, H. e Deacon, J., 1999: *Human beginnings in South Africa: uncovering the secrets of the Stone Age*. Cape Town: David Philip Publishers.

Departamento de Arqueologia e Antropologia, 1980: “Arqueologia e Conhecimento do Passado”, *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 1, pp. 1- 10.

Feilden, B. & Jokilehto, J., 1998: *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. [S.l.: S.n.].

Hall, M., 1996: *Archaeology Africa*, London/Cape Town: James Currey/David Philip.

Hodder, I., 1998: *Reading the Past: Current approach to interpretation in archaeology*, Cambridge/New York: Cambridge University Press/New Rochelle.

Liesegang, G., 1996: Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado, *Colecção Embondeiro*, 8, Maputo: ARPAC.

Newitt, M., 1997: *História de Moçambique*. Sintra: Europa-América.

Phillipson, D., 2002: *African Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rasmussen, K. & Robert, S., 1990: *Historical Dictionary of Zimbabwe*, 2ª ed. London: Sarecrow Press.

Renfrew, C. & Bahn, P., 1994: *Archaeology: Themes, Methods and Practices*, London: Thames and Hudson.

Rita-Ferreira, A., 1958: *Agrupamento e Caracterização Étnicas dos Indígenas de Moçambique*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Silva, B. (coord), 1986: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Smith, B., 1997: *Zambia's ancient rock art: paintings of Kasama*, Livingstone: National Heritage Conservation Commission.

d) Teses

Ekblom, A., 2004: *Changing landscapes: An environmental history of Chibuene, Southern Mozambique*, *Studies in Global Archaeology*, 5. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History.

Ndoro, W., 2001: *Your Monument Our Shrine: The Preservation of Great Zimbabwe*. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History.

Pwiti, G., 1996: "Continuity and Change: An Archaeological Study of Farming Communities in Northern Zimbabwe, AD 500-1700", *Studies in African Archaeology*, 13, Sweden: Uppsala.

2. FONTES NÃO PUBLICADAS

a) Artigos

Artur, D. (coord.), 2000: "Projecto Transfronteiriço de Chimanimani - Papel da Cultura Nativa na Preservação do Meio Ambiente: o caso de Nhakayedo", Chimoio: ARPAC.

Deacon, J., 1997: "A regional Management Strategy for Rock Art in Southern Africa", *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 2, pp.29-34.

Macamo, S., "Projectos SAREC e a participação das comunidades locais na pesquisa arqueológica: o caso do Distrito de Vilankulo, província de Inhambane, Moçambique", comunicação apresentada na Primeira Conferencia Nacional da OSSREA, Maputo, 2003.

Macamo, S., 2004: "Early Pottery of Inhambane: 1st to 16th Centuries AD, Maputo: German Technical Cooperation (GTZ).

MICOA: "Planeamento Territorial da Província de Manica: experiências práticas, metodologias e resultados", in <http://www.micoa.gov.mz/beira/pl%ter%manica.pdf>, 23 de Março de 2006.

Simbine, A., 2003: "Valores culturais/tradicionais como marcos importantes para a definição de líderes e sistemas de liderança modernos", Chimoio: ARPAC.

Saetersdal, T., 2002: "Manica rock art in contemporary society", (in prep.).

Taruvinga, P., 1995: "Cultural or Economic? The conflicting values affecting the management of Domboshava rock ar site", Harare: Museum of Human Sciences.

b) Brochuras

Macamo, S., 2003a: *Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique*, Maputo: MC/UNESCO.

MC/DNPC, 2002: "Plano Estratégico (2003-2007): Celebrando a diversidade cultural", Maputo.

MC/DNPC, 2003: "Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios", Maputo.

c) Entrevistas

Chassara Moyo Munothya (Bandula), Chefe da povoação de Guidingue (Samuthanda). Entrevista realizada na localidade de Chinhambudzi, 1 de Fevereiro de 2006.

David Frangue Magondore, Director Distrital da Educação e Cultura de Manica. Entrevista realizada na cidade de Manica, 30 de Janeiro de 2006.

Fernando António (Mbabaruka), Pastor da Igreja São Lucas Djekenecheny. Entrevista realizada na cidade de Manica, 31 de Janeiro de 2006.

José Pique Itai Derembue, Chefe da localidade de Muzungo/Jécua. Entrevista realizada na localidade de Muzungo no distrito de Manica, 28 de Janeiro de 2006.

Mbuya Gondo (Verónica), Curandeira (médica tradicional) e Médiu Espiritual. Entrevista realizada na área de Chinhamapere no distrito de Manica, 30 de Janeiro de 2006.

Nando Felisberto Muthiwa, Camponês. Entrevista realizada no bairro IV Congresso na cidade de Manica, 2 de Fevereiro de 2006.

Pedro Jakonia, Empregado doméstico. Entrevista realizada no bairro IV Congresso na cidade de Manica, 31 de Janeiro de 2006.

Samuel Beny Chirara, Mambo do distrito de Manica e chefe comunitário da localidade de Chinhambudzi. Entrevista realizada no distrito de Manica, 27 de Janeiro de 2006.

d) Reuniões (conferências, seminários) & Projectos

Macamo, S., 2005a: "Proposta para a organização e funcionamento do Sector do Património Cultural", Maputo.

PPAGPCM, in <http://www.sfu.uib.no/sfu/projects/Portuguese>, 29 de Agosto de 2005.

PPAGPCM, 2003: "Rock Art Site Management Plan for Chinghamapere Cultural Heritage Site, Manica Province, Mozambique", Maputo: DNPC.

Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, 1981: "Seminário de Preservação e Valorização do Património Cultural", Maputo.

Simbine, A., 2002: "O Papel das Comunidades Locais na Gestão de Áreas de Conservação Transfronteira - o caso de Chimanimani", Filimão, E. & Massango, H. (eds.), *Comunidade e Maneio dos Recursos Naturais: Memórias da 2ª Conferência Nacional do Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*, Maputo: UICN/DNFFB/FAO, pp.208-215.

Simbine, A.: "A Etnologia e as Pinturas Rupestres da Província de Manica", comunicação apresentada no Seminário sobre o *Projecto de Pesquisa Arqueológica Regional e Gestão do Património Cultural em Moçambique*, Tete, 20 a 21 de Abril de 2006.

e) Teses e Dissertações

Abdala, M., 2001: "Participação comunitária na elaboração e implementação dos projectos de desenvolvimento local: o caso do posto administrativo de Bela Vista (Matutuine)", (Dissertação de Licenciatura), Maputo: UFICS/UEM.

Adalima, M., 2005: "O processo de ocupação de terras por farmeiros zimbabweanos na província de Manica: o caso do distrito de Bárue, de 200 a 2003", (Dissertação de Licenciatura), Maputo: DH/UEM.

Caliche, A., 2004: "Agricultura Familiar e a Produção e Comercialização do Milho em Vanduzi, 1987-2000", (Dissertação de Licenciatura), Maputo:DH/UEM.

Dava, F., 1997: "As Mudanças na Estrutura Política da Autoridade Tradicional de Bilene-Macia, 1800-1974", (Dissertação de Licenciatura), Maputo:DH/UEM.

Duarte, L., 1999: "Manejo Comunitário dos Recursos Naturais: solução para os problemas de gestão de espaço na localidade de Goba?", (Dissertação de Licenciatura), Maputo: UFICS/UEM.

Florêncio, F., 1994: "Processo de Transformação Social no Universo Rural Moçambicano, Pós-Colonial: o caso do Distrito de Búzi", (Tese de Mestrado), Lisboa: ISCTEL.

Mbilana, G., 1997: "Posicionamento dos Chefes Tradicionais e Comportamento da sua Autoridade perante o Poder Político Central no Distrito de Maracuene", (Dissertação de Licenciatura), Maputo: UFICS/UEM.

Macamo, S., 2005: "Privileged Places in South Central Mozambique: The Archaeology of Manyikene, Niamara Songo and Degue-Mufa", (Tese de Doutoramento), *Studies in Global Archaeology* 4, Maputo/Uppsala: DAA-UEM/Department of Archaeology and Ancient History/University of Uppsala.

Muocha, M., 2005: "O uso das placas para a identificação do património arqueológico: estudo de caso das estações arqueológicas do Distrito de Vilankulo, 1943-2004", (Dissertação de Licenciatura), Maputo: DH /UEM.

Neves, J., 1998: "Economy, Society and Labour Migration in Central of Mozambique, 1930-1965: a case study of Manica Province". (Tese de Doutoramento), Londres: University of London (SOAS), p.22-69; 305-321.

Ricardo, G., 1999: "Estratificação da Autoridade Tradicional, sua relação com a utilização comunitária dos recursos naturais na Ilha de Bazaruto", (Dissertação de Licenciatura), Maputo: DH/UEM.

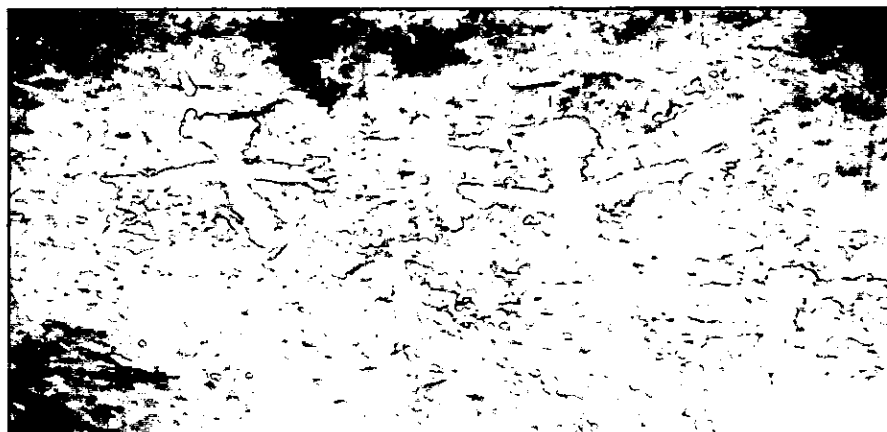
Saetersdal, T., 2004: "Places, People and Ancestors: Archaeology and Society in Manica, Mozambique", (Tese de Doutoramento), Bergen: University of Bergen.

ANEXOS

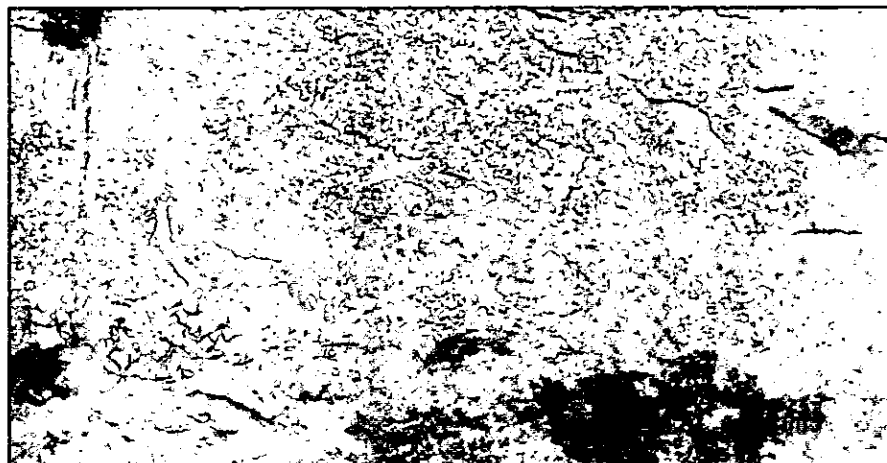
Figura 1 – Exemplos de estações com pinturas rupestres existentes em Moçambique



Pinturas geométricas (Batwa) do abrigo rochoso de Campala, Macanga, Tete. Foto: Eva & Tore Saetersdal.



Pinturas (Bantu) do abrigo rochoso de Mwambalume, Macanga, Tete. Foto: Eva & Tore Saetersdal.



Pinturas San do monte Chinhamapere, Manica. Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 2 – Carta de Pré-História de Moçambique



Fonte: Santos Júnior, J., 1950: "Carta da Pré-História de Moçambique", Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4ª Secção (tomo V), Lisboa, p.652.

Figura 4 – Monte Chinhamapere

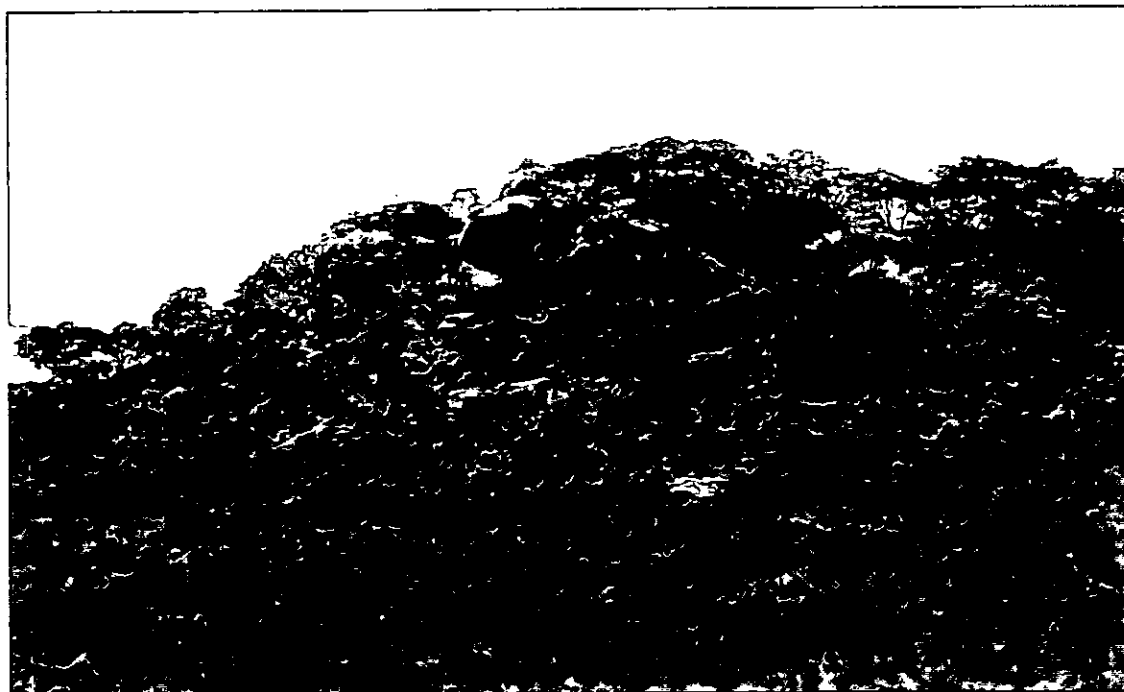
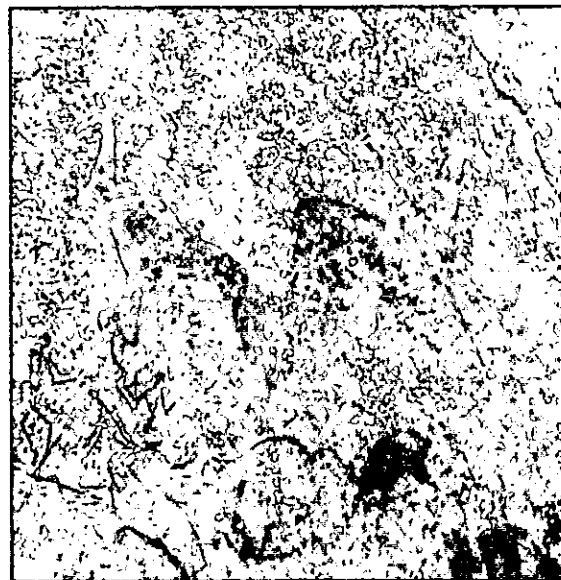


Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 5 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamapere I



Fotos: Albino Jopela e Décio Muianga.

Figura 6 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamapere II

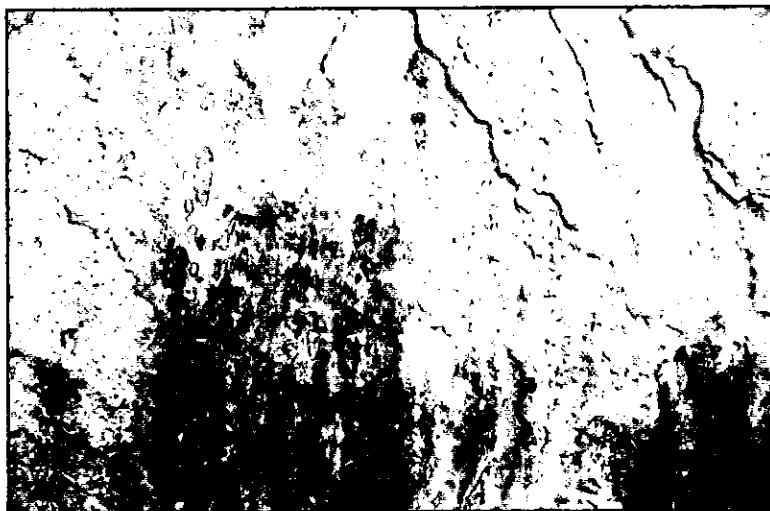


Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 7 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinhamapere IV

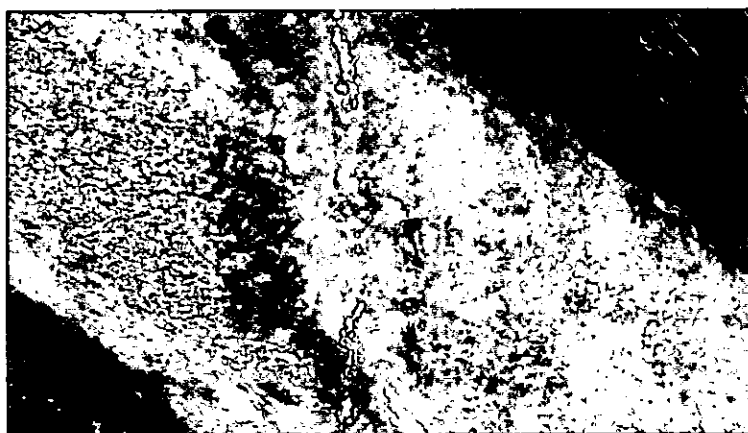


Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 8 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Romo Re Nguruwe

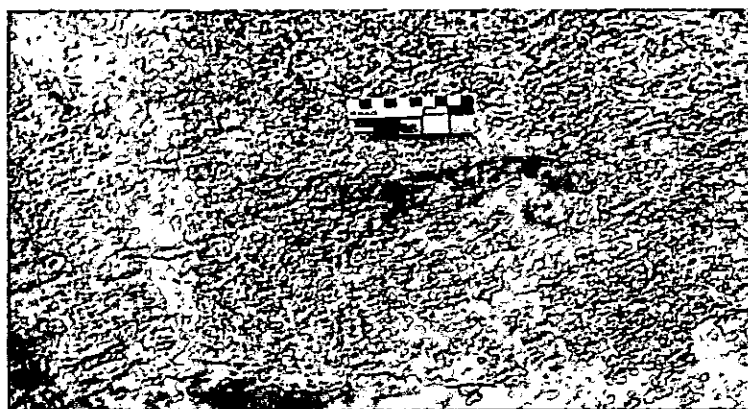


Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 9 – Monte Guindingue



Foto: Albino Jopela.

Figura 11 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Mouchiabaka

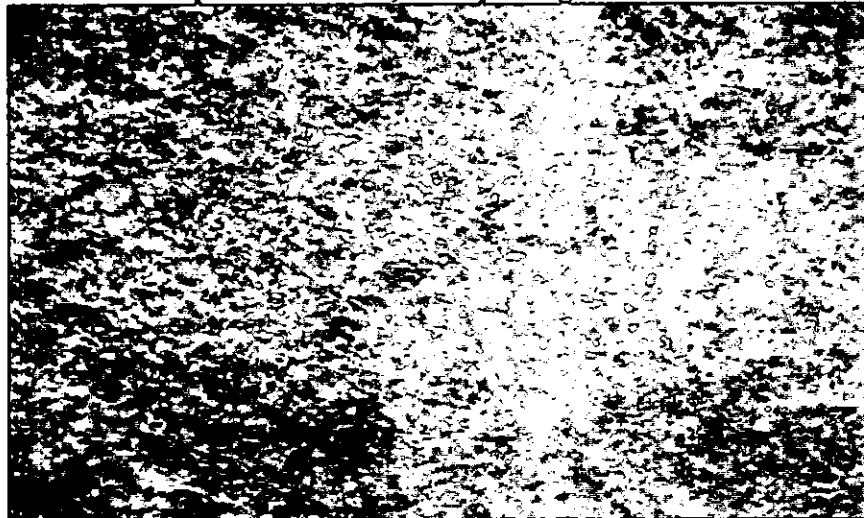


Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 10 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Moucondhiwa



Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 12 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Guro

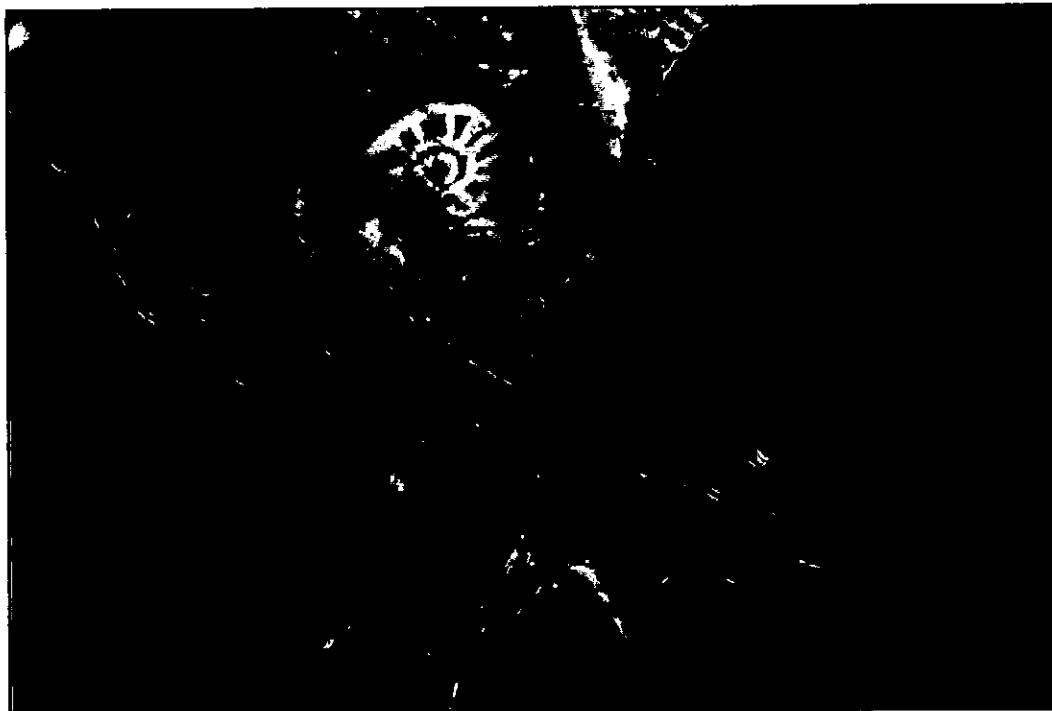


Foto: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 13 – Pinturas rupestres da estação arqueológica de Chinghamoro



Fotos: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 15 – Cerimónia do Kudhira Nvura, no sopé do monte Chinhamapere



Fotos: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 16 – Costumeira Mbuya Gondo realiza cerimónias na estação de Chinhamapere I



Fotos: Eva & Tore Saetersdal.

Figura 17 – Cerimónia dirigida pelo Sr. Tchek-Tchek na estação de Chinhamapere I



Foto: Albino Jopela & Décio Muianga